

**Escrituras da história:  
da história mestra da vida  
à história moderna em movimento  
(um guia)**

PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Luis Inácio Lula da Silva  
MINISTRO DA EDUCAÇÃO: Fernando Haddad  
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA:

**SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL**  
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA  
Celso Costa

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE**  
**UNICENTRO**

REITOR: Vitor Hugo Zanette  
VICE-REITOR: Aldo Nelson Bona  
PRÓ-REITORA DE ENSINO: Márcia Tembil  
COORDENADORA UAB/UNICENTRO: Maria Aparecida Crissi Knuppel  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DIRETORA: Maria Aparecida Crissi Knuppel  
VICE-DIRETORA: Christine Vargas Lima

EDITORA UNICENTRO  
DIREÇÃO: Beatriz Anselmo Olinto  
CONSELHO EDITORIAL: Marco Aurélio Romano, Beatriz Anselmo Olinto, Carlos Alberto Kuhl, Helio Sochodolak, Luciano Farinha Watzlawick, Luiz Antonio Penteado de Carvalho, Marcos Antonio Quinaia, Maria Regiane Trincaus, Osmar Ambrósio de Souza, Paulo Costa de Oliveira Filho, Poliana Fabíula Cardozo, Rosanna Rita Silva, Ruth Rieth Leonhardt

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA IMPLANTAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM  
HISTÓRIA LICENCIATURA PLENA A DISTÂNCIA  
COORDENADOR DO CURSO: Flamarion Laba da Costa  
COMISSÃO DE ELABORAÇÃO: Edgar Ávila Gandra, Flamarion Laba da Costa,  
Jean Rodrigues Sales, Karina Anhezini,  
Raphael Nunes Nicoletti Sebrian, Ricardo Alexandre Ferreira



**KARINA ANHEZINI**

**Escrituras da história:  
da história mestra da vida  
à história moderna em movimento  
(um guia)**



COMISSÃO CIENTÍFICA:  
Edgar Ávila Gandra, Flamarion Laba da Costa,  
Jean Rodrigues Sales, Karina Anhezini,  
Maria Aparecida Crissi Knuppel, Ricardo Alexandre Ferreira

REVISÃO ORTOGRÁFICA  
Vanessa Moro Kukul

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO:  
Elisa Ferreira Roseira Leonardi e  
Espencer Ávila Gandra

EDITORA UNICENTRO  
GRÁFICA JAIR  
400 exemplares

Catálogo na Publicação  
Fabiano de Queiroz Jucá – CRB 9 / 1249  
Biblioteca Central – UNICENTRO

A596e Anhezini, Karina  
Escrituras da história: da história mestra da vida à história  
moderna em movimento (um guia) / Karina Anhezini. – –  
Guarapuava : Ed. Unicentro, 2009.  
80 p. – (História em Construção)

Organizadores da coleção: Maria Aparecida Crissi Knuppel,  
Karina Anhezini, Flamarion Laba da Costa

Bibliografia  
ISBN

1. História. 2. História antiga. 3. História moderna. I. Título.

CDD 20ª ed. 901

Copyright: © 2009 Editora UNICENTRO

Nota: O conteúdo da obra é de exclusiva responsabilidade do autor.

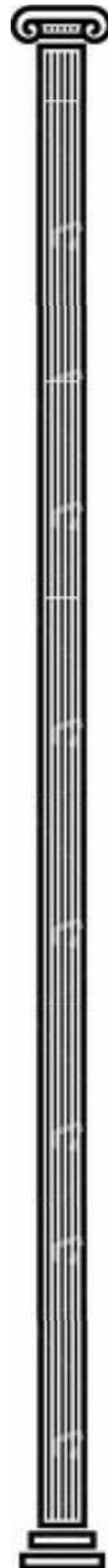
## SUMÁRIO

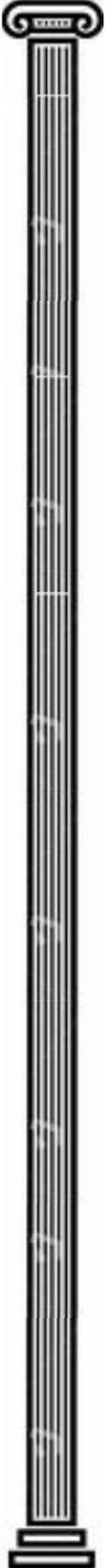
<b>Prefácio</b>	07
<b>Introdução</b>	11
<b>1- A escrita da história na Antigüidade Clássica e a história mestra da vida</b>	13
1.1 Homero e a epopéia	14
1.2 Heródoto e o nascimento das <i>Histórias</i>	19
1.3 Tucídides e a história como aquisição para sempre	22
1.4 Aristóteles e Políbio: entre o geral e o particular	29
1.5 Cícero e a mais famosa fórmula: <i>historia magistra vitae</i>	33
1.6 Luciano de Samósata ou como se deve escrever a história	38
<b>2- Historiografia judaica e eclesiástica</b>	43
2.1 - Flávio Josefo e a história judaica	43
2.2 - Eusébio de Cesaréia e a <i>História Eclesiástica</i>	49
2.3 - Santo Agostinho e as Duas Cidades	55
<b>3-A história moderna em movimento</b>	63
3.1- Os exemplos e a história como aquisição para sempre	64
3.2- A dissolução da fórmula ciceroniana	68
<b>Conclusão</b>	77
<b>Referências</b>	79



## PREFÁCIO

O que é a história? “A história universal representa, pois, a marcha gradual da evolução do princípio cujo conteúdo é a consciência da liberdade”. O que é a teoria da história? Na sua conhecida introdução à *Filosofia da História* (1836), **Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831)** edifica, certamente, a mais importante teoria da história do mundo ocidental moderno. A partir de uma lógica dialética, demonstra a preeminência da razão no governo das mais significativas ações humanas no tempo, conferindo a elas sentido e finalidade — uma teleologia. Ao ocupar campos que abrangem as modernas história, geografia e antropologia, Hegel lança mão da tradição filosófica ocidental (de Platão a Kant) e cria uma teoria empiricamente verificável que subsume toda a história, ocorrida em todas as épocas e lugares, à filosofia do espírito, a qual, por sua vez, constitui-se de três etapas. A primeira consiste “na imersão do espírito no natural”. Era o caso dos africanos vendidos como escravos nas Américas pelos europeus. Segundo Hegel — e esse hoje se tornou um dos pontos mais criticados da obra — a escravidão é “um fato característico entre os negros [...] em sua própria terra, sua sorte é na prática ainda pior; lá existe a escravidão absoluta — já que o fundamento da escravidão é que o homem não possua consciência de sua liberdade e assim se degenera, tornando-se uma coisa sem valor”. A segunda etapa representa o avanço do espírito “em direção à consciência da sua liberdade”. No entanto, essa é uma separação ainda parcial e imperfeita em relação ao primeiro estágio (o espírito natural) — tanto por dele provir, quanto por ele ainda ser influenciada em pelo menos uma de suas fases. Nesse nível se encontravam Estados como a Inglaterra e a França que, no século XIX, já operavam a então moderna noção de Contrato Social, a qual previa punições para todos os que ousassem tornar ao espírito





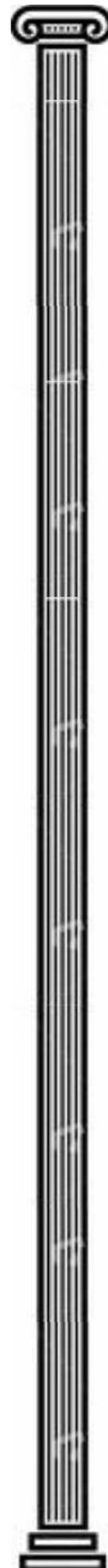
natural, agindo fora da razão, negando a condição humana e, por isso, perdendo a liberdade — os criminosos. O último estágio se separava efetivamente do primeiro e suplantava a visão contratualista do Estado. Sem a possibilidade de retornar ao nível natural — no qual a infância do homem o mantinha muito próximo do desenvolvimento cíclico das plantas e dos animais e por isso distante da consciência da liberdade —, a história seria o palco da “elevação dessa liberdade, ainda particular, à sua pura universalidade, à consciência de si e ao sentimento de sua própria espiritualidade”. O espírito humano chegaria, assim, ao absoluto. Ao fim da história. Tínhamos assim, há menos de uma década, nos cursos de graduação em História, respostas válidas e iniciais para os questionamentos que iniciam este prefácio.

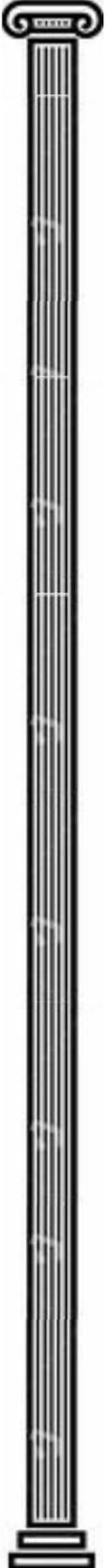
Embora não seja uma característica peculiar, no Brasil, durante muito tempo, a teoria da história e a historiografia eram disciplinas, com raras exceções, ministradas por abnegados trabalhadores não especializados. Raramente as disciplinas ministradas e as pesquisas realizadas pelos docentes eram convergentes, característica essa que resultava em grandes prejuízos tanto para a formação dos alunos quanto para a afirmação desses dois campos de trabalho dos historiadores. Entretanto, esse quadro tem sofrido alterações significativas a partir de dois fenômenos interligados. O primeiro está vinculado ao aumento do número de docentes que, nas duas últimas décadas, realizaram seus estudos de doutorado e pós-doutorado fora do Brasil, principalmente na Alemanha, na França, na Inglaterra e na Itália. Após concluí-los, muitos desses profissionais retornaram ao país e integraram-se aos programas de graduação e pós-graduação de nossas universidades. O segundo fenômeno está ligado à expansão dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) no Brasil. A união desses dois eventos resultou

numa mudança relevante e já perceptível. Contamos, hoje, com pesquisadores especializados nos campos da teoria da história e da historiografia, ministrando tais disciplinas nas mais diversas universidades públicas e particulares do país.

Ao dedicar-se ao estudo dos fundamentos da escrita da história no Brasil da primeira metade do século XX, Karina Anhezini tornou-se parte desse rol de especialistas, participando de eventos, publicando artigos, colaborando em livros da área e ministrando as disciplinas de Teoria da História I e Historiografia na Universidade Estadual do Centro-Oeste na cidade de Guarapuava no Paraná. A obra *Escrituras da história: da história mestra da vida à história moderna em movimento (um guia)* beneficiou-se claramente da formação acadêmica e da atuação profissional de sua autora.

A leitura do texto permite afirmar que a noção de *Teoria da História*, tal como a concebemos — a mesma que há algumas décadas é vítima dos ataques irracionistas — permanece um empreendimento moderno, parte dos desdobramentos do chamado projeto iluminista, do qual Hegel e sua *Filosofia da História* são alguns dos mais significativos inventores. Anhezini, contudo, teve sensibilidade para ampliar o pressuposto de seu estudo, conceber a teoria da história “como um universo de possibilidades e não de certezas” e lançar-se à tarefa de produzir um texto introdutório, traçando uma audaciosa genealogia do conceito de história, que principia na narrativa da Guerra de Tróia imortalizada na *Iliada* atribuída a Homero. Como seria de se esperar de um profissional especializado, não o fez de maneira instintiva, lançando mão dos livros disponíveis. Para levar a termo a hercúlea tarefa de reunir e sintetizar os pressupostos distintivos de concepção do conceito de história entre os gregos de Homero e o século XVIII do nascimento de Hegel, a autora fez opções claras e sustentáveis.





Norteou seu texto a partir das obras de alguns dos mais reconhecidos estudiosos no campo da teoria da história, tais como Arnaldo Momigliano e Anthony Grafton. Ademais, a obra revela o claro domínio, pela autora, de uma tradição de estudiosos pouco afeitos às vogas pós-estruturalistas, que principia com Michel de Certeau e sua noção de “operação historiográfica”, passa por seu discípulo François Hartog e a idéia de “regime de historicidade” e desemboca na história dos conceitos Reinhart Koselleck — autor já traduzido, mas infelizmente ainda pouco conhecido de nossos alunos de graduação.

*Escrituras da história: da história mestra da vida à história moderna em movimento (um guia)* ultrapassa a noção de uma coletânea de sínteses e apresenta ao leitor um texto original, claro e agradável de ler a respeito de um tema bastante complexo — estudar o conceito de história em épocas e autores nos quais ele manifesta significados e sentidos muito distintos dos que lhe conferimos hoje. A trajetória de construção e dissolução do *topos* da “história mestra da vida” encaminhará o leitor precisamente ao início deste prefácio, reafirmando a noção de que nenhuma grande idéia brota de um buraco no chão. Em outros tempos, saber que Hegel era uma espécie de pai da teoria da história e, mais do que isso, que era ele o idealista alemão — árduo defensor do Estado Moderno, justificador da escravidão e do capitalismo — contra o qual o herói Karl Marx duelava já era o bastante. Hoje, os profissionais do campo da teoria da história e da historiografia no Brasil promovem uma ampliação significativa do rol de conhecimentos imprescindíveis à formação de competentes professores/pesquisadores de história. Este livro, a meu ver, é um testemunho disso e sua autora mostra-se definitivamente comprometida com a indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa nas humanidades.

Ricardo Alexandre Ferreira

Fevereiro/2009

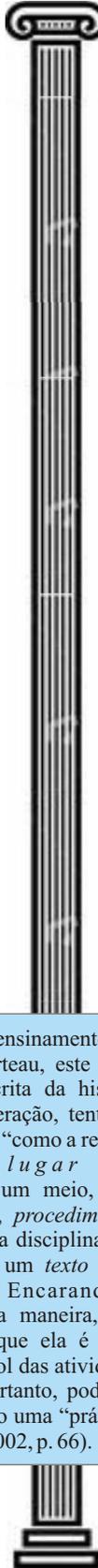
# INTRODUÇÃO

Ingressar em um curso de Licenciatura em História é, em um primeiro momento, tomar contato com uma área do conhecimento que, como todas as outras, possui uma história. O que se quer afirmar com isso é a própria historicidade da disciplina de História. É necessário, portanto, conhecer como a história foi pensada, concebida, escrita em diferentes períodos, lugares e por pessoas também distintas.

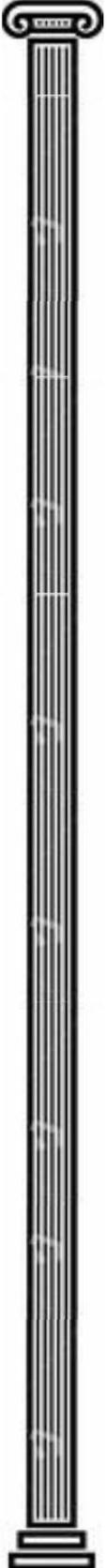
A disciplina intitulada **Teoria da História I** visa apresentar sucintamente como o saber histórico foi concebido desde a Antigüidade Clássica até o século XVIII. O recorte temporal proposto já evidencia a única possibilidade de um sobrevôo por autores e livros e suas concepções. O intuito é proporcionar um primeiro contato com o “fazer história” para que, no decorrer do primeiro ano letivo, o leitor tenha plena consciência de que tudo o que aprenderá nas outras disciplinas é fruto de construções a respeito de algum recorte temporal e geográfico, ou seja, que a história da Grécia Antiga, ou a de Roma, ou a da Europa medieval (só para ficarmos nos conteúdos do primeiro ano) não é naturalmente aquilo que se vai aprender, é consequência da ação humana, da prática da escrita de autores no tempo e no espaço. É resultado de uma operação: a operação historiográfica (CERTEAU, 2002).

Caro leitor iniciante, você está diante do fascínio da disciplina que escolheu cursar, pois acaba de descobrir que a história comporta várias escrituras e neste livro você conhecerá algumas delas.

Acredito que já tenha ficado clara a intenção do livro: apresentar, de forma breve e resumida, para um público que se inicia no ofício da história, um guia despretensioso das concepções de história mestra da vida, passando por suas



Inspirado nos ensinamentos de Michel de Certeau, este texto concebe a escrita da história como uma operação, tentando compreendê-la “como a relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão etc.), *procedimentos* de análise (uma disciplina) e a construção de um *texto* (uma literatura)”. Encarando a produção desta maneira, este autor admite que ela é parte integrante do rol das atividades humanas e, portanto, pode ser entendida como uma “prática”. (CERTEAU, 2002, p. 66).



variações gregas e romanas na Antigüidade, no mundo medieval da Europa Ocidental até a ruptura empreendida pelo conceito moderno de história no século XVIII.

Para levar a cabo tal desafio de síntese foram realizadas muitas escolhas e, conseqüentemente, várias exclusões. Busquei seguir as orientações de uma tradição historiográfica formada por Arnaldo Momigliano e Anthony Grafton e seus estudos a respeito das raízes clássicas da historiografia moderna; recorri também a Michel de Certeau e sua noção de operação historiográfica, a François Hartog e o regime de historicidade e a Reinhart Koselleck e sua história dos conceitos. Em alguns momentos foram necessárias consultas a outros autores e obras, mas o esforço se concentrou em manter a coerência teórico-metodológica indispensável a todo texto produzido pelos profissionais da área de história — professores/pesquisadores.

O leitor experiente notará tal percurso. O iniciante, a quem este livro é dedicado, será apresentado a esses autores e às suas obras gradualmente, no decorrer do livro. Eu fui guiada pelos autores que li. Agora penso poder conduzi-lo nesta nossa incursão preliminar pelos caminhos da teoria da história.

Desejo a todos uma boa viagem.



### A escrita da história na Antigüidade Clássica e a história mestra da vida

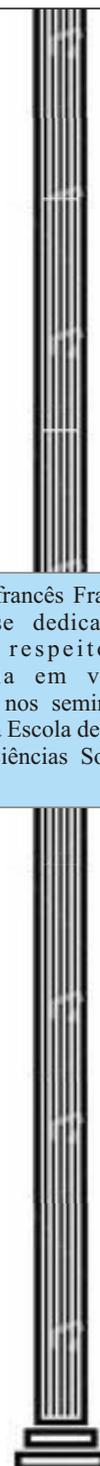
O roteiro escolhido para esta primeira viagem pelo mundo da escrita da história prevê uma parada nos textos de Homero, Heródoto, Tucídides e Cícero.

Nós seremos sempre conduzidos por algumas questões. A primeira delas é: como se escreveu a história na Grécia e em Roma na Antigüidade? Essa interrogação não surge em nossa mente desvinculada dos estudos a respeito do tema que estamos tratando. Pesquisadores, estudiosos de várias instituições têm se dedicado a investigar a escrita da história na Antigüidade. Um livro que nos servirá de guia para este capítulo e também para o próximo será: *A história de Homero a Santo Agostinho* de François Hartog (2001).

Hartog esclarece na Introdução da obra que o seu objetivo não é dizer aquilo que os historiadores fazem quando escrevem história e nem dizer como os historiadores deveriam escrever a história. O objetivo do autor é:

Delinear, começando por dar a palavra aos próprios historiadores, uma genealogia do conceito antigo de história. Como esses autores conceberam sua tarefa e apresentaram suas obras? Quem fala, para quem, como e por quê? Mas também: *como se escreveu a história?* Com um ponto de interrogação, para lembrar que tudo não se deu de uma vez, com Heródoto ou Tucídides, mas que, na construção continuada desta tradição de escrita, foram feitas certas escolhas, produziram-se “esquecimentos”, deslocamentos e também reformulações: de Heródoto a Luciano e a Santo Agostinho, passando por Cícero e Tito Lívio, a mesma palavra não designou sempre a mesma mercadoria (HARTOG, 2001, p. 10).

O historiador francês François Hartog tem-se dedicado à reflexão a respeito da historiografia em várias publicações e nos seminários que ministra na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, em Paris.



Importa, portanto, para Hartog e também para o curso de Teoria da História I realizar uma genealogia

Compreender a genealogia de um conceito é entendido aqui como a busca do estabelecimento dos variados significados que compuseram a palavra história no tempo e espaço. Para tanto, é necessário percorrer textos diversos na tentativa de identificar como os autores definiam a história.

do conceito de história na tentativa de apreender as singularidades do projeto historiográfico antigo.

Nada mais interessante do que começarmos com um “antes”. “Antes da História: a epopéia”.

### 1.1 - Homero e a epopéia

O leitor poderia se perguntar: se a epopéia não é uma forma de história e o que interessa é compreender o conceito de história, por que começar pela epopéia?

Hartog é categórico ao afirmar que na Grécia tudo começa com a epopéia e assim a história, em todos os sentidos, procede da epopéia. A epopéia dos séculos VIII e VII antes de Cristo deve ser entendida como a pré-história do conceito de história. A memória do

Na Grécia antiga o aedo era um cantor que apresentava as composições épicas.

aedo, o dispositivo da palavra épica, representa a descoberta de certa historicidade que possibilitará a invenção de um texto denominado alguns séculos depois de história.

Como compreender a epopéia? Não há outra maneira, senão a leitura dos poemas épicos de Homero: *Iliada* e *Odisséia*. Convido o leitor a conhecê-los começando pela autoria e pelo tema. Quem nos apresenta esses elementos é o tradutor e professor da Universidade de São Paulo, Jaime Bruna:

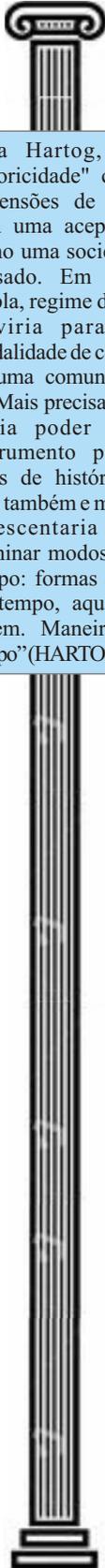
Os aqueus habitavam a Grécia peninsular e algumas ilhas na idade do bronze, nos últimos séculos do segundo milênio antes de Cristo. Povo invasor, tinham expulsado, reduzido à obediência ou assimilado as populações anteriores. De sua civilização fortemente influenciada pela Ilha de Creta, restam, de um lado, ruínas e achados arqueológicos e, de outro, um rico filão de lendas e tradições, onde se opulentou a poesia épica e

trágica do milênio seguinte. Eles destruíram, na Frígia, diante dos Dardanelos, a praça-forte de Tróia. Motivou a guerra, segundo a lenda, o rapto de Helena, a mais bela mulher do mundo, esposa de Menelau, rei de Argos, por Páris, príncipe troiano. Os feitos dos guerreiros nessa campanha e os eventos de seu regresso à terra pátria constituíram o tema de um número considerável de epopéias, das quais o tempo somente nos conservou duas, atribuídas pela Antigüidade a um aedo chamado Homero, sobre quem nada se sabe com certeza: a *Iliada*, que versa episódios da guerra, e a *Odisséia*, onde se narram as aventuras do mais astuto dos capitães daquela expedição, Odisseu, rei de Ítaca, após a destruição de Tróia, até chegar de volta a seu lar. Essas obras resultam aparentemente da fusão de poemas de autores desconhecidos, realizada, através do tempo, por uma corporação de aedos intitulados Homéridas, isto é, descendentes de Homero, que os transmitiam oralmente de geração a geração. A mais antiga edição escrita de que se tem notícia não foi certamente a primeira que se fez. Foi a determinada, no século VI a.C., por Pisístrato, tirano de Atenas, ou por seu filho e sucessor, Hiparco (HOMERO, 2005, p. 7).

Vejam que essa será uma das respostas possíveis para a pergunta: quando foram publicadas as obras?

Não se sabe ao certo, temos algumas respostas possíveis e ao lidarmos com este universo de possibilidades e não de certezas estamos nos inserindo no universo da Teoria da História. Quanto à autoria vimos a partir da citação acima que são atribuídos a Homero, entendido dentro dessa complexidade de questões, os dois maiores poemas épicos da Grécia antiga, que tiveram profunda influência sobre a literatura ocidental. O historiador Moses Finley na obra *O Mundo de Ulisses* afirmará que independentemente dessas questões de autoria é possível assegurar que “no decorrer da história nenhum poeta, nenhuma personalidade literária ocupou na vida do seu povo um lugar semelhante” (FINLEY, 1988, p. 13).





Para Hartog, "regime de historicidade" comporta duas dimensões de entendimento: "em uma acepção restrita, é como uma sociedade trata seu passado. Em uma acepção ampla, regime de historicidade serviria para designar a modalidade de consciência de si de uma comunidade humana. [...]Mais precisamente, a noção devia poder fornecer um instrumento para comparar tipos de histórias diferentes, mas também e mesmo antes, eu acrescentaria agora, para iluminar modos de relação ao tempo: formas da experiência do tempo, aqui e lá, hoje e ontem. Maneiras de ser no tempo"(HARTOG,2006,p.263).

Assim, de maneira complexa e ambígua, temos um autor e um período de produção. Passemos agora a pensar como Homero escreveu seu texto, a partir do questionamento: que tipo de texto foi produzido?

A narrativa heróica de ações grandiosas, a construção da memória do aedo e a descoberta de um regime de historicidade são, nas palavras de Hartog, as condições que possibilitam o que, alguns séculos mais tarde, será nomeado por Heródoto, história. Dessa maneira, já temos como pontos definidos que não estamos falando do conceito de história propriamente dito, esse ainda não foi inventado, estamos falando de uma narrativa épica, de uma epopéia.

Hartog destacará alguns elementos de grande relevância para a compreensão deste "antes da história: a epopéia". A questão principal é o saber da musa – a importância do saber da musa é destacada logo no primeiro parágrafo da introdução da *Odisséia* que corresponde ao canto 1.

Musa, narra-me as aventuras do herói engenhoso, que após saquear a sagrada fortaleza de Tróia, errou por tantíssimos lugares vendo as cidades e conhecendo o pensamento de tantos povos e, no mar, sofreu tantas angústias no coração, tentando preservar a sua vida e o repatriamento de seus companheiros, sem, contudo, salvá-los, mau grado seu; eles perderam-se por seu próprio desatino; imbecis, devoraram as vacas de Hélio, filho de Hiperião, e ele os privou do dia do regresso. Começa por onde te apraz, deusa, filha de Zeus, e conta-as a nós também (HOMERO, 2005, p. 9).

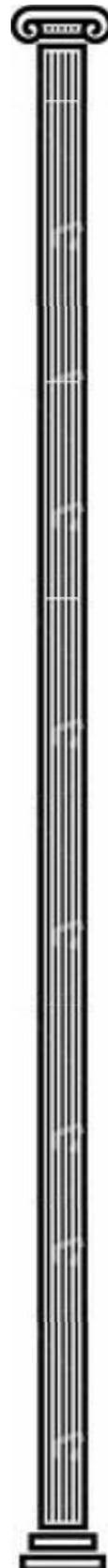
No início do canto é às musas que o aedo pede para narrar as aventuras do herói. O autor nos mostra que esse recurso também é utilizado na *Iliada*, portanto, é um recurso desse tipo de escrita. As musas são filhas de Zeus e da Memória.

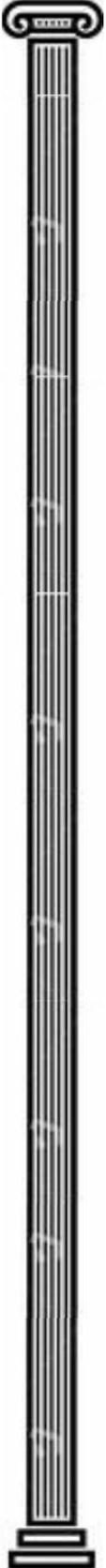
Atena, quando se dirige a Telêmaco, afirma que irá lhe dizer a pura verdade e este quando lhe responde reafirma que também lhe dirá a pura verdade. Vemos aí uma das nossas principais questões na escrita da história colocadas na epopéia de uma maneira diferente daquela verdade moderna que se contrapõe à mentira, aqui é uma verdade de argumento, de convencimento.

O papel da testemunha dos acontecimentos também é evocado no primeiro canto: “convoca amanhã uma assembléia dos guerreiros aqueus e dirige a palavra a todos, tomando os deuses por testemunhas” (HOMERO, 2005, p. 15). E Zeus é apresentado como a maior fonte de informações da Humanidade. Portanto, várias questões caras ao historiador moderno são apresentadas sob outras conotações.

No entanto, o saber da musa pode ser compreendido na passagem em que Odisseu pede para o aedo Demódoco cantar a Guerra de Tróia, guerra vivida por Odisseu ou Ulisses (nome de Odisseu em latim), mas não por Demódoco que recebeu o ensinamento da musa ou de Apolo, ou seja, recebeu o ensinamento da memória a ser evocada e não recolhida em documentos ou relatos. O aedo sabe por que lembra daquilo que a musa que tudo sabe lhe contou. Desse modo, sob a inspiração do saber da musa, filha de Zeus e da Memória, o cego Demódoco — vê o que jamais viu e se lembra — rememora aquilo que não conheceu.

O poeta da Guerra de Tróia canta a história dos dois lados, pois as musas podem dizer de tudo, não apenas o que é, mas também, se o querem, o que não é, tanto contar mentiras quanto proclamar verdades, assim, por um lado, nasce a partilha entre o real e a ficção, tão cara à historiografia moderna e, por outro, o fato de ver paralelamente os dois lados abre a possibilidade de pensar neste papel para o historiador.





A partir das questões apresentadas é possível destacar alguns pontos importantes para se entender como Homero produziu sua narrativa:

- 1) A musa que tudo sabe;
- 2) A inspiração que ela, musa, filha da Memória transmite ao aedo, aquele que narra;
- 3) A memória é de evocação e não de recolhimento dos testemunhos;
- 4) Na epopéia, o aedo é o responsável por tecer, repetir e transmitir um passado glorioso;
- 5) Esse passado não é um passado possível, é o passado, pois é informado por aquelas que tudo sabem, aquelas que trazem para a história a memória do acontecimento;
- 6) Ulisses ou Odisseu representa, para Hartog, uma figura inspiradora da historiografia, é aquele que viaja infatigavelmente, é um homem-memória. Depois da criação dessa figura inspiradora, “o historiador verdadeiro também será aquele que não economiza nem seu tempo, nem sua pena, nem seu dinheiro para percorrer espaços e ver com os próprios olhos” (HARTOG, 2001, p. 36). Esse fundamento da escrita será exigência na Grécia;
- 7) A cena descrita por Homero a respeito do encontro de Odisseu ou Ulisses com Demódoco, o aedo cego, tem um valor emblemático. Vejamos como Hartog interpreta essa passagem do texto:

Solicitado por Ulisses, o aedo canta a queda de Tróia. É a primeira narração do “acontecimento” – e, sobretudo, a presença de Ulisses atesta que “isso” realmente teve lugar. Aí se encontra, portanto, a primeira narrativa “histórica”. Mas com esta diferença que muda tudo: Demódoco não esteve lá e não viu nada, enquanto Ulisses ocupa, ao mesmo tempo, a função de objeto da narrativa e de testemunha. [...] Daí a espantosa (falsa) questão

dirigida por Ulisses ao aedo: tua narrativa não é *demasiadamente* exata para não provir de uma visão direta? A visão humana (historiadora *avant la lettre*: ver com seus próprios olhos ou ouvir de alguém que viu) torna-se, por um instante, o padrão da visão divina. Tem-se então a surpreendente e fugaz sobreposição de dois Demódocos: um (ainda) aedo e o outro (já) “historiador” (HARTOG, 2001, p. 36-37).

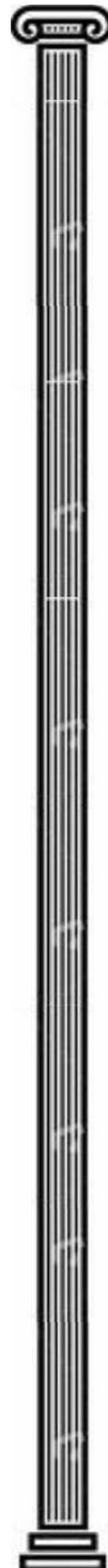
- 8) A configuração dessa cena torna a história, tal como conceituada posteriormente por Heródoto, possível.

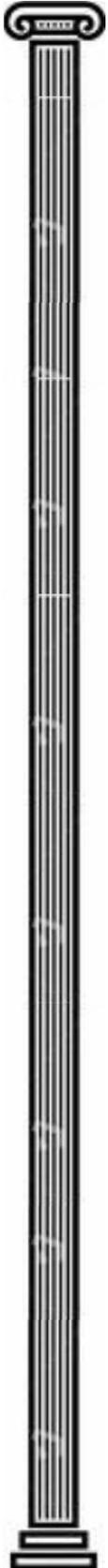
Importa destacar, portanto, que o saber da musa e a memória do aedo, esses antes da história denominados epopéia, não tornaram a história (nomeada dessa forma por Heródoto) nem necessária, nem provável, somente possível.

No entanto, quando Heródoto escreve a sua obra intitulada *Histórias*, ele instaura a primeira operação historiográfica, ou seja, o ato inaugural da escrita de um texto com regras definidas diferentes da epopéia. Vamos conhecer um pouco mais esse autor que posteriormente será chamado por Cícero de “o pai da história”.

## 1.2 - Heródoto e o nascimento das *Histórias*

Heródoto nasceu em Halicarnasso (atual Bodrum, Turquia) e viveu por volta dos anos 480 e 420 antes de Cristo. Ainda jovem conheceu o exílio, o que fez dele um estrangeiro, um viajante que percorreu parte do mundo conhecido naquela época até que se instalou em Túrio, na Itália. Em seu texto *Histórias*, escrito para ser lido em público, dedica-se a narrar o período compreendido entre 550 e 480 a. C., com numerosas retrospectivas. Heródoto narrou o período em que Esparta, em primeiro lugar, e, depois, Atenas desempenharam os papéis principais em uma





época de mudanças políticas importantes. Ele se ocupa, especialmente, em contar as Guerras Médicas entre gregos e persas no século V a. C. O prefácio de suas *Histórias* representa, segundo Hartog, a certidão de nascimento da própria história. Vejamos qual o conteúdo desta certidão:

Esta a exposição da investigação de Heródoto de Túrio, para que nem os acontecimentos provocados pelos homens, com o tempo, sejam apagados, nem as obras grandes e admiráveis, trazidas à luz tanto pelos gregos quanto pelos bárbaros, se tornem sem fama – e, no mais, investigação também da causa pela qual fizeram guerra uns contra os outros (HARTOG, 2001, p. 43).

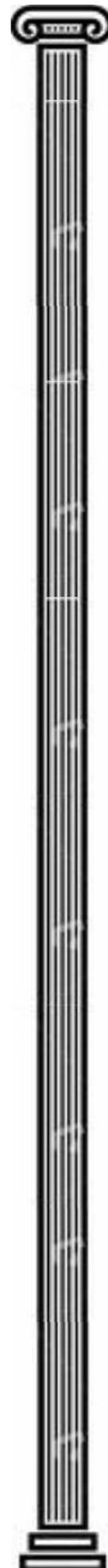
Nesse parágrafo encontramos um programa a respeito da tarefa do historiador. Seguindo as interpretações de Hartog, podemos destacar:

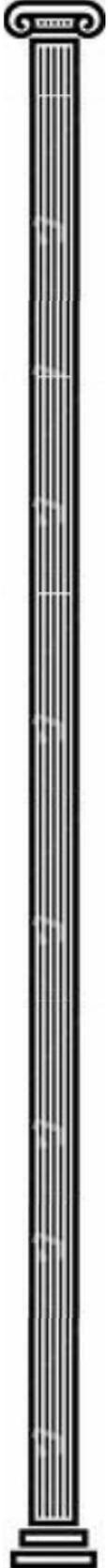
- 1) Heródoto reivindica a autoria do texto: não estamos mais diante da incerteza a respeito de quem escreve o texto; a autoridade está estabelecida;
- 2) Heródoto instaura a palavra-chave de todo o seu empreendimento e, por que não dizer, de toda a operação historiográfica moderna: a investigação. A palavra designa tanto a ação de quem escreve a história quanto um tipo de método para um ofício específico;
- 3) O historiador será entendido como aquele que investiga passo a passo; ele não poderá mais ser um aedo que a Musa inspira. “Daí em diante, para 'ver' é preciso arriscar-se (ir ver) e aprender a ver (recolher testemunhos, reunir as diferentes versões, relatá-las, classificá-las em função do que se sabe por outras fontes e também em função do grau de verossimilhança)” (HARTOG, 2001, p. 51);

- 4) Se o historiador investiga, ele também significa, revela. O verbo significar em grego pertence ao registro do saber divinatório, mas Heródoto não faz o papel de um adivinho. O verbo é utilizado porque, fazendo uso do método da investigação, o historiador será aquele capaz de deslocar a fronteira entre o visível e o invisível;
- 5) O aedo inspirado pelas musas era capaz de cantar os feitos de aqueus e troianos, Heródoto também se sentirá impelido a guardar a memória dos gregos e dos não gregos (os bárbaros). O autor define, portanto, que o historiador deve ver dos dois lados.

A organização do texto épico se pautava na narrativa dos feitos dos homens e dos deuses. Com Heródoto, a história não pretendeu romper completamente com essa característica central da palavra épica, mas, sem dúvida, provocou algumas fraturas. Podemos destacar algumas: a preocupação com a memória; a renúncia às certezas do aedo; a narrativa dos feitos dos homens, pois os feitos dos deuses escapam às possibilidades do historiador investigar; diferente do aedo o historiador viaja com os próprios pés e pelos relatos dos outros e não mais por inspiração divina.

Importa destacar, ainda, que Heródoto em sua narrativa não tratará de cidades que “são” grandes em seu tempo, mas que “eram” grandes. Poderíamos nos questionar a respeito do porquê de tal escolha, pois o autor escreveu a respeito de povos e lugares que ainda existiam quando terminou de escrever a sua história. No entanto, é fundamental salientarmos que, ao fazer essa opção, Heródoto instaurou a não-coincidência consigo mesmo, pois as cidades podem ser semelhantes, mas se o tempo passou, elas não são mais as mesmas: o pensador grego introduz o descompasso entre as palavras e as coisas (HARTOG, 2003).





A importância desse elemento se constitui na medida em que o próximo autor grego a escrever história afirmará que não há história verdadeira a não ser a do presente. Vamos conhecer Tucídides, autor que instaura a ruptura entre passado e presente.

### 1.3 - Tucídides e a história como aquisição para sempre

Tucídides nasceu em Atenas e viveu aproximadamente entre 455 e 404 antes de Cristo. Tornou-se um dos generais de Atenas e, por volta do ano de 424 a. C., foi mandado à costa da Trácia para impedir que o espartano Brásidas tomasse a cidade de Anfípolis, localidade de grande importância no tráfego marítimo de cereais daquela região para Atenas. No entanto, fracassou na missão e foi punido com o exílio em sua propriedade de herança que, na ocasião, estava sob a proteção de aliados dos espartanos.

Dessa experiência de exílio, surgiu a sua grande obra, a *História da Guerra do Peloponeso* (TUCÍDIDES, 1986), que lhe oferecerá a possibilidade de defender o registro imparcial dos fatos. Em uma guerra grega interna, entre atenienses e espartanos, o ateniense Tucídides terá a oportunidade de, no exílio, ouvir e ver o lado dos espartanos.

Vejamos como Tucídides apresenta a sua *História*:

O ateniense Tucídides escreveu a história da guerra entre os peloponésios e os atenienses, começando desde os primeiros sinais, na expectativa de que ela seria grande e mais importante que todas as anteriores, pois via que ambas as partes estavam preparadas em todos os sentidos; além disto, observava os demais helenos aderindo a um lado ou a outro, uns imediatamente, os restantes pensando em fazê-lo. Com efeito, tratava-se do maior movimento jamais realizado pelos helenos, estendendo-se também a alguns povos bárbaros – a bem dizer à maior parte da

humanidade. Na verdade, quanto aos eventos anteriores e principalmente aos mais antigos, seria impossível obter informações claras devido ao lapso de tempo; todavia, da evidência que considero confiável recuando as minhas investigações o máximo possível, penso que eles não foram realmente grandes, seja quanto às guerras mesmas, seja quanto a outros aspectos (TUCÍDIDES, 1986, p. 19).

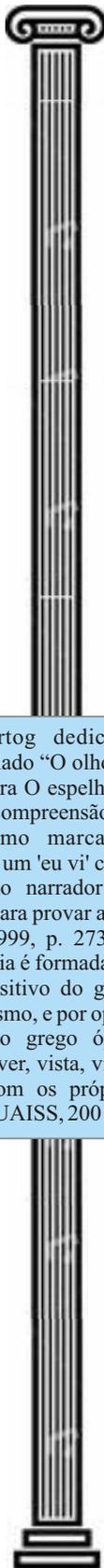
Tucídides, ao afirmar que escreveu a história, confere uma ênfase maior ao registro dos fatos do que à investigação ou ao significado como fez o seu predecessor Heródoto, ou seja, com Tucídides a dimensão do ato de registrar os fatos assumirá o primeiro plano, segundo Hartog.

Para que esse registro seja possível é preciso utilizar os dois meios de conhecimento histórico, o olho (*ópsis*) e o ouvido (*akoé*), no entanto, Tucídides afirmará que somente o primeiro procedimento garante uma visão clara e distinta. O autor introduz indiscutivelmente na operação historiográfica a autópsia

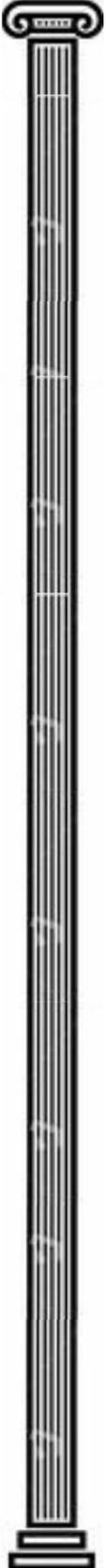
e essa instauração modifica o recorte temporal da história, pois se é preciso ver para registrar os acontecimentos, somente será válida a história do tempo presente. Observe que Tucídides cria a justificativa para o seu próprio empreendimento historiográfico: ele narrou a guerra que presenciou e, ao incorporar o “eu vi” à narrativa, conferiu valor à prova.

Cabe aqui comparar as narrativas que já conhecemos:

- 1) O aedo inspirado pela musa conferia glória aos heróis, fossem eles homens ou deuses;
- 2) Heródoto, ao investigar por meio dos olhos e dos relatos, conferia glória aos homens, guardava a memória;



François Hartog dedica o capítulo intitulado “O olho e o ouvido” da obra *O espelho de Heródoto* à compreensão da autópsia “como marca de enunciação de um 'eu vi' como intervenção do narrador em sua narrativa para provar algo” (HARTOG, 1999, p. 273). A palavra autópsia é formada por aut(o): antepositivo do grego autos, (eu) mesmo, e por opsia: pospositivo do grego ópsis, olho, ação de ver, vista, visão, ato de ver com os próprios olhos (Cf. HOUAISS, 2001).



- 3) Tucídides ao registrar a Guerra do Peloponeso, aquela que ele sabia ser a maior de todas, apresenta o acontecimento narrado como uma “aquisição para sempre”. Há um deslocamento da glória para o exemplo. Um evento exemplar que deve ser narrado para o futuro, para os presentes que estão por vir. Hartog sintetiza essa questão da seguinte forma:

[...] levando-se em conta o que são os homens [...], outras crises análogas não deixarão de irromper no futuro. É essa permanência da natureza humana que funda, para Tucídides, a exemplaridade desse conflito. Dito isso, ele não se projeta no futuro, nem considera a história como um processo, mas propõe simplesmente fazer de seu presente um “exemplo” para sempre, esse presente que jamais foi tão “grande” (HARTOG, 2001, p. 98).

Para compreendermos melhor as semelhanças e diferenças entre a escrita da história de Heródoto e Tucídides, convido o leitor a percorrer o texto de um historiador especializado em Antigüidade Clássica, interessado nas mesmas questões das quais nos ocupamos neste texto, ou seja, afinal como se escreveu a história na Grécia Antiga?

Seguiremos na companhia de Arnaldo Momigliano, autor que nasceu, em 1908, na Itália e assumiu a cátedra de História de Roma na Universidade de Turim em 1936. Em razão da perseguição racial de Mussolini, como judeu foi obrigado a abandonar seu posto e partir para Oxford em 1939. Entre 1951 e 1975 lecionou História Antiga na University College London e, depois, foi professor visitante na Universidade de Chicago até 1987. Momigliano faleceu em 1988.

As reflexões expostas no livro com o qual tomaremos contato foram apresentadas pela primeira vez quando Momigliano foi convidado, entre 1961 e 1962, a

ministrar um conjunto de palestras na Universidade da Califórnia, em Berkeley. O projeto da obra é pensar a respeito das *raízes clássicas da historiografia moderna* e é claro que os autores tratados até aqui ocupam grande parte da reflexão.

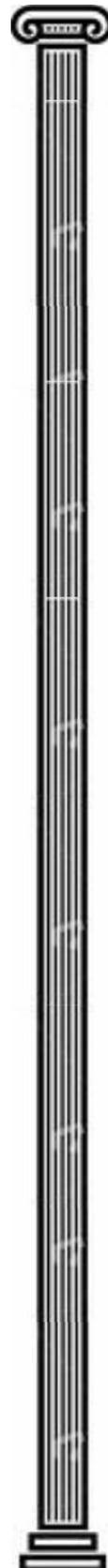
Quanto a Tucídides, Momigliano destacará o grande direcionamento que ele dará ao recorte temático do historiador, pois ao conceber “a vida em termos de vida política”, Tucídides definirá a história “em termos de história política” (MOMIGLIANO, 2004, p. 67). Com uma mente influenciada pelo clima questionador de um conjunto de pensadores, oradores e professores gregos do século V a. C. (e do início do século seguinte), os sofistas, Tucídides volta seus questionamentos para a vida política. “O passado era para ele apenas o início da situação política que existia no presente; e o presente era a base para compreensão do passado” (MOMIGLIANO, 2004, p. 68).

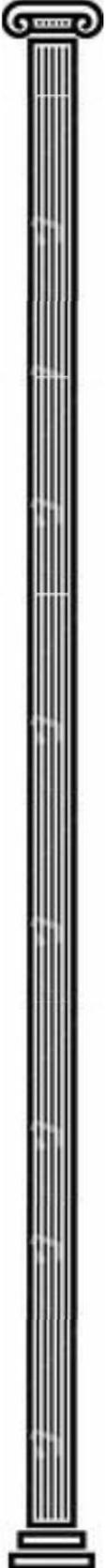
Esse pensamento tem conseqüências e a principal é a criação de uma história contemporânea como a única confiável. Sendo assim, a pesquisa histórica deveria começar com o presente e somente poderia adentrar o passado na medida em que a documentação permitisse. É o que Tucídides faz na Introdução da *História da Guerra do Peloponeso*. Vemos nessas duas constatações a respeito da escrita da história de Tucídides o quanto o autor delimita o campo da história: deve-se pesquisar o tempo presente e nele a história política.

Após ter caracterizado os principais elementos da escrita de Tucídides, Momigliano apresenta-nos as semelhanças e diferenças existentes entre a escrita tucidideana e a de Heródoto.

Semelhanças:

- 1) consideravam a tradição oral superior à tradição escrita;





2) confiavam em primeiro lugar em seus olhos e ouvidos e depois nos olhos e ouvidos de testemunhas confiáveis.

Diferenças:

- 1) Tucídides nunca se contentava em registrar algo sem assumir a responsabilidade pelo que registrava e;
- 2) raramente indicava as fontes porque queria ser digno de confiança.

Tucídides não descreve o passado da mesma maneira que descreve o presente, por isso o uso de documentos escritos e monumentos como prova e a indicação dessas fontes ocupa uma parte específica da obra, a introdução da *História da Guerra do Peloponeso*.

Interessa ainda entendermos a recepção que esses dois autores tiveram no tempo, ou seja, como cada período deu relevo ou tirou a importância desses autores. Essa é uma lição de historiografia, pois os autores não são naturalmente importantes, modelares ou esquecidos. Eles são historicamente aquilo que interessa para cada período.

Momigliano afirma que é difícil estabelecer quanto Tucídides impressionou seus sucessores no século IV a. C. Sabe-se a respeito daquilo que não impressionou, pois os elementos que não permaneceram são perceptíveis:

A pretensão de Tucídides de que o estudo da História contemporânea revelava traços permanentes da natureza humana não impressionou seus sucessores. Os historiadores do século 4º preferiram uma visão mais simples (que transmitiram aos séculos sucessivos) de que a História é uma lição de comportamento” (MOMIGLIANO, 2004, p. 73).

No entanto, os sucessores dos séculos posteriores não duvidaram da confiabilidade de Tucídides. De modo geral, ele permanecia como modelo de historiador verídico. Momigliano destaca que “a realização mais importante de

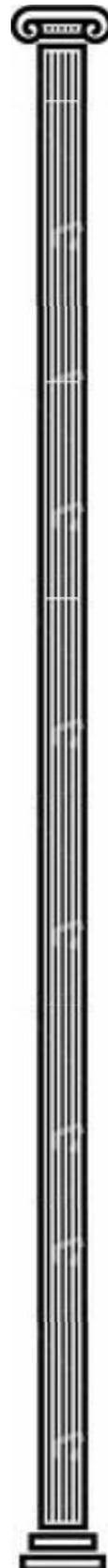
Tucídides foi ter convencido os seus sucessores de que a história é história política” (MOMIGLIANO, 2004, p. 74). A história que ficou conhecida como história tucidideana continuou sendo a história por excelência para a maioria dos escritores antigos.

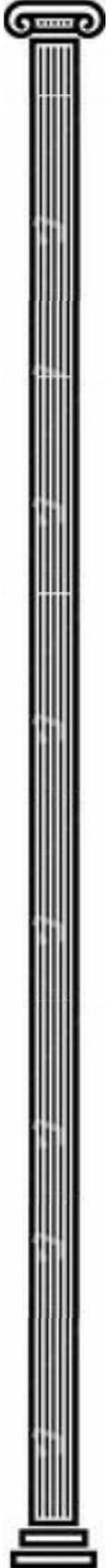
E depois? Será que Tucídides desfrutou de boa recepção nos séculos seguintes? Para responder a essas questões é preciso que nos lembremos da disputa que confere à Tucídides uma boa recepção na Antigüidade: o seu confronto com Heródoto.

Tucídides chamou Heródoto de “contador de histórias” e se colocou entre ele e seus leitores denunciando a impossibilidade de narrar verdadeiramente acontecimentos de um passado tão longínquo como fizera o “pai da História”, portanto, nos séculos seguintes o seu nome foi atrelado à pesquisa rigorosa e verdadeira, enquanto ao de Heródoto associava-se certa desconfiança.

Contudo, se nos reportarmos aos textos produzidos no século XVI veremos que a obra de Tucídides quase não aparece como referência. O que acontece é que no século XVI Heródoto passa a ser um autor respeitado e respeitável. Acompanhem os elementos destacados por Momigliano para caracterizar esse retorno de Heródoto:

[...] havia dois novos fatores: a América havia sido descoberta; e a Reforma havia criado um novo interesse pela história bíblica. Na América, os europeus entraram em contato com muitas outras coisas tão incríveis quanto as que liam em Heródoto, e acidentalmente Heródoto tornara-se de grande ajuda na tentativa de descrever estas coisas. Além disso, nenhum outro autor a não ser Heródoto era capaz de preencher o vazio com relação à história oriental para ajudar na compreensão da história bíblica. [...] Mais tarde no século 17, Heródoto foi usado na defesa das histórias bíblicas, das quais os céticos começavam a duvidar (MOMIGLIANO, 2004, p. 80-81).





Dessa forma, para explicar o retorno de Tucídides à cena, Momigliano historia a volta de Heródoto no século XVI pelos humanistas e, posteriormente, o valor que lhe foi conferido no século XVII pelo criador da Lei Fundamental da Dinâmica e da Teoria da Gravitação Universal, Isaac Newton (1643-1727), mostrando que a retomada de Heródoto precedeu a de Tucídides e lhe deu fundamento.

Tucídides reassume o seu posto de autor verídico e apreciado apenas na segunda metade do século XVIII. Momigliano afirma que o historiador, jurista e pensador francês Gabriel Bonnot, mais conhecido como Abade de Mably (1709-1785), recomendava a leitura de Tucídides aos príncipes e aos seus ministros por, pelo menos, uma vez ao ano. É nesse período também que o movimento romântico (de fins do século XVIII e início do século XIX) conferirá a Tucídides a posição que o “tornou o modelo do historiador filósofo, que combina o exame acurado de detalhes com uma compreensão imaginativa aprofundada da maneira como a mente humana trabalha” (MOMIGLIANO, 2004, p. 79).

Para Momigliano, o que interessa é perceber que a velha oposição Heródoto *versus* Tucídides toma novas configurações nos séculos XVIII e XIX, pois se antes havia uma opção clara entre um ou outro, agora os admiradores de Tucídides eram principalmente admiradores de Heródoto: “Eles admiravam Tucídides pelas qualidades que haviam encontrado antes em Heródoto” (MOMIGLIANO, 2004, p. 80).

Como esses autores são percebidos na contemporaneidade? Suas lições de escrita da história são válidas? E nós, estamos de que lado?

Momigliano fica com Heródoto por lhe parecer “muito mais humano do que Tucídides. Talvez ele também ofereça uma saída — deliciosa — da torre de ferro em que Tucídides nos quer prender, depois de se ter lá fechado” (MOMIGLIANO, 2004, p. 83). O autor está se referindo à

definição de que a história política é a única verdadeira. Hoje não partilhamos mais dessa verdade, consideramos que toda ação humana merece ser compreendida, portanto, talvez a visão mais geral de Heródoto seja mais próxima do que fazemos. No entanto, a história política e, especialmente, a história do tempo presente tem assumido nas últimas décadas espaços importantes na pesquisa histórica.

O que podemos afirmar “é que os rivais da Antigüidade — Heródoto e Tucídides — são reconhecidos como os dois grandes fundadores da pesquisa histórica” (MOMIGLIANO, 2004, p. 83).

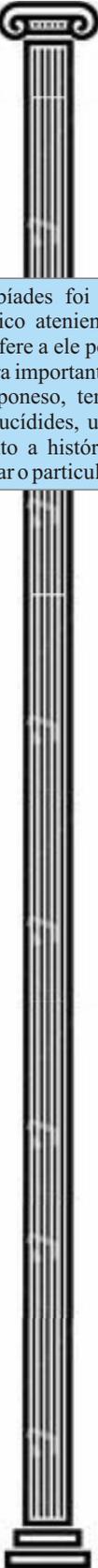
Compreendemos, portanto, além de algumas noções básicas daquilo que caracteriza a escrita da história de Heródoto e Tucídides, que a história da historiografia não é estática e natural, ou seja, que cada época fará uma leitura a respeito dos autores, que em cada período os textos terão significados diferentes e que, por isso, precisamos ficar atentos para questionarmos os cânones literários, filosóficos e, sobretudo, historiográficos.

#### 1.4 - Aristóteles e Políbio: entre o geral e o particular

A pesquisa histórica estava criada. Heródoto e Tucídides definitivamente separaram a história da epopéia. Se a história nasce da separação entre o que cabe ao poeta e o que resta ao historiador, alguns autores começaram a problematizar a relevância e a abrangência de cada gênero de texto, ainda na tentativa de melhor defini-los. Vamos acompanhar as considerações de Aristóteles:

É claro, a partir do que foi dito, que não é obra do poeta dizer o que aconteceu, mas o que poderia acontecer —, e o possível é conforme o verossímil ou o necessário. Portanto, o historiador e o poeta não diferem por falar em metros ou sem eles (pois as obras de Heródoto poderiam ser metrificadas e não seriam menos história com metro

O autor se refere à versificação do poema, à forma rítmica de uma obra poética. O metro é a medida que estabelece a quantidade de sílabas que deve ter cada verso (HOUAISS, 2001).



Alcibíades foi um general e político ateniense. Aristóteles se refere a ele por ter sido uma figura importante na Guerra do Peloponeso, tema da história de Tucídides, um exemplo de quanto a história se dedica a relatar o particular.

ou sem ele), mas diferem nisto: no dizer um o que aconteceu, o outro o que poderia acontecer. Por isso também a poesia é algo mais filosófico e mais sério que a história: pois a poesia diz sobretudo o que respeita ao geral, a história o que respeita ao particular. O que respeita ao geral é a quais homens acontece dizer ou fazer quais coisas conforme o verossímil ou o necessário – e é a isso que visa a poesia, mesmo atribuindo nomes às personagens; enquanto o que respeita ao particular é o que fez ou sofreu Alcibíades (ARISTÓTELES apud HARTOG, 2001, p. 107).

Aristóteles foi um filósofo grego que influenciou várias áreas do conhecimento. Nasceu na cidade de Estagira (Macedônia) em 384 a. C., distante 320 quilômetros de Atenas, e faleceu em 322 a. C. exilado em Calcídia. Apesar de não ter produzido nenhuma obra de história, Aristóteles tornou-se referência obrigatória para o conhecimento histórico ao escrever a obra que você, leitor, acaba de conhecer no trecho citado acima. A *Poética* de Aristóteles ao tratar da poesia define a sua diferença em relação à história. Nesse jogo de contrários, Aristóteles deixa claro que cabe à história contar o que realmente aconteceu e à poesia dizer o que poderia acontecer. Daí o autor estabelecer uma hierarquia entre os gêneros textuais, pois ao tratar daquilo que pode vir a acontecer, a poesia comporta o geral, aquilo que é da natureza humana e não o particular de um indivíduo, em um tempo determinado.

O poeta, segundo Aristóteles, compõe narrativas, fabrica textos, representa ações possíveis. Já o historiador não pode compor o que se passou, ele deve dizer o que se passou. Os acontecimentos estão à espera do registro do historiador. Vejamos o que Hartog tem a nos dizer sobre essa definição de Aristóteles: “decorre que a poesia tem acesso ao geral, enquanto o domínio da história está circunscrito ao particular: o que fez ou sofreu Alcibíades. Assim, a história não poderia ser uma ciência, pois não há ciência senão do

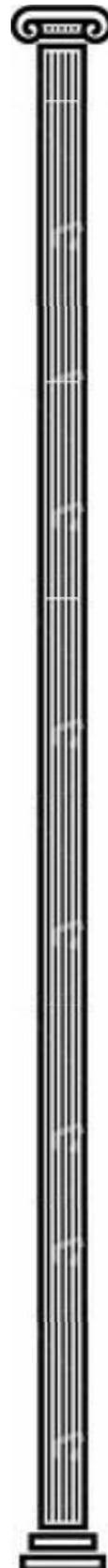
geral. Ela se move na diversidade e na sucessão aleatória do particular” (HARTOG, 2001, p. 138).

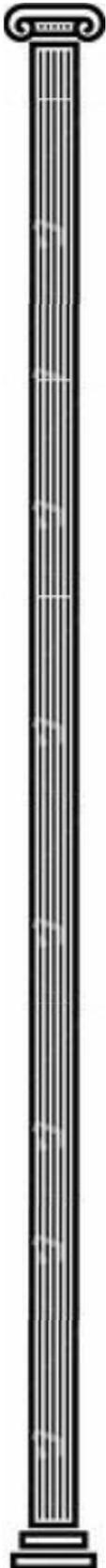
No entanto, Políbio (210-130 a. C., aproximadamente) respondeu às definições de Aristóteles contraditando-o a partir da formulação da primeira história universal. Tal historiador grego nasceu em Megalópolis, na Arcádia, teve formação literária e filosófica, bem como uma vida política ativa. Com cerca de 40 anos, Políbio foi levado como prisioneiro para Roma e lá escreveu em grego os quarenta livros (restaram para o nosso conhecimento apenas cinco volumes e alguns fragmentos) que compuseram as suas *Histórias* a respeito do crescente poderio romano nos séculos III e II a. C.

Essa circunstância permitiu que ele mudasse a maneira de ver a história. Quando o mundo era esfacelado e disperso, a história que contava os feitos desse mundo podia ser monográfica, particular, restrita. Contudo, dirá Políbio, tal tempo passou. Com a vitória de Roma e a tomada de controle do Mediterrâneo ocidental no final da Segunda Guerra Púnica (aproximadamente 218-202 a. C.), a história universalizou-se. Os acontecimentos da Itália, da África, da Grécia e da Ásia entrelaçaram-se e a narrativa histórica deverá dar conta, a partir de então, do novo curso dos acontecimentos.

Vamos conhecer um pouco mais os argumentos de Políbio:

Nossa obra começará, em termos temporais, na centésima quadragésima Olimpíada (220-216) [...] a partir dessa ocasião, aconteceu que a história se tornou como que um só corpo, enlaçaram-se os fatos da Itália e da Líbia com os da Ásia e do mundo helênico, e todos dirigiram-se para um único fim. [...] Com efeito, o que há em nossa obra de particular – e de espantoso em nosso tempo – é que, assim como a Fortuna inclinou para um só lado quase todos os negócios do mundo habitado e forçou tudo a pender para um único e mesmo escopo, também é preciso, por meio da história, oferecer aos leitores uma única visão de conjunto, esclarecendo o modo como a Fortuna operou para dar cumprimento aos fatos universais. (POLÍBIO apud HARTOG, 2001, p. 113 e 115).





A deusa Fortuna, mais uma dentre as várias filhas de Zeus, pode ser entendida como o destino, é uma força que pode influir para o sucesso ou insucesso, a ventura ou desventura. Políbio compreende a deusa como capaz de determinar os acontecimentos da história e, como podemos observar na citação acima, ela inclinou as suas forças para o lado de Roma tornando os fatos universais. O historiador para Políbio não precisa se preocupar em ver dos dois lados, como fizeram Heródoto e Tucídides, o mundo conhecido não possui mais dois lados. Pode-se ver a partir de Roma. A geografia assume o lugar principal da justificativa de mudança da escrita da história para o autor.

Vamos seguir com os argumentos de Políbio em resposta a Aristóteles:

Assim pois, parece-me, os que estão convencidos de que, através da história particular, podem ter uma visão de conjunto e equilibrada do todo padecem de algo próximo do que experimentam os que contemplam partes disjuntas de um corpo que foi animado e belo, considerando-se fiéis testemunhas oculares da atividade e da beleza do animal. [...] Portanto apenas a partir do entrelaçamento e da comparação de todos os feitos uns com os outros – e ainda a partir de suas semelhanças e diferenças – alguém poderia dispor da capacidade e da possibilidade de, pela observação, tirar da história, a um só tempo, tanto o útil, como o prazeroso. [...] Os fins da história e da tragédia não são idênticos, mas contrários: nesta, é preciso, através de discursos absolutamente críveis, aturdir e fascinar os ouvintes no tempo presente; naquela, é preciso, através de ações e discursos verdadeiros, para todo o tempo, instruir e convencer quem deseja aprender. Isso porque, no primeiro caso, prevalece o crível, ainda que se trate de mentira, visando à ilusão dos espectadores; no segundo, o verdadeiro, visando ao proveito de quem gosta de aprender (POLÍBIO apud HARTOG, 2001, p. 117 e 119).

Nesse trecho da obra, Políbio dedica-se a demonstrar a superioridade da história em relação à tragédia. Recorre aos argumentos de Aristóteles e inverte os seus significados:

o possível da poesia é enganoso e mentiroso e somente serve para, a partir de um discurso que apela para a credibilidade, fascinar o presente; já a história que narra a verdade do entrelaçamento de todos os feitos convence no presente, mas serve para todo o tempo, é uma aquisição geral para sempre.

Fica claro em Políbio o papel de ensinamento que a história possui. Chegou o momento de conhecermos quem imortalizou tal papel criando a fórmula mais famosa da historiografia antiga.

### **1.5 - Cícero e a mais famosa fórmula: *historia magistra vitae***

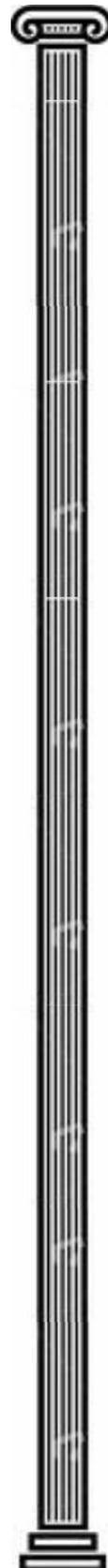
Neste subtítulo, conheceremos Marco Túlio Cícero e alguns temas fundamentais para a escrita da história: exemplos, imparcialidade, biografia, história dos grandes homens e imitação.

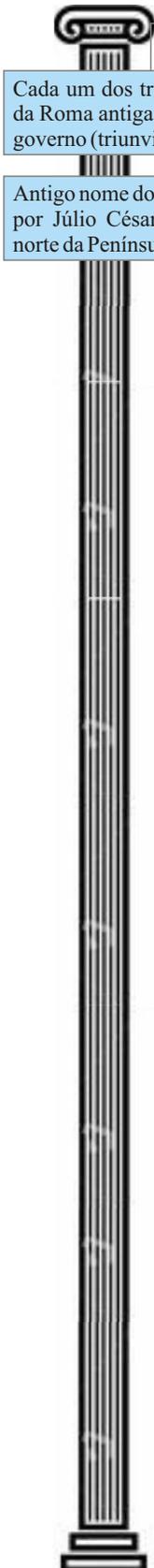
Uma das questões que tentaremos compreender é: como se iniciou a escrita da história em Roma? Mudamos de língua, do grego para o latim. Será que, por isso, mudamos de história?

Além de Cícero conheceremos também Dionísio de Halicarnasso. Este será nosso roteiro e é bom lembrarmos que quem continua nos guiando pelo universo dos autores antigos, mesmo agora em Roma, é François Hartog.

Vamos conhecer Cícero mais de perto. Quem foi Marco Túlio Cícero? Onde e como viveu?

Marco Túlio Cícero nasceu em Arpino, na região do Lácio (centro da Itália) em 106 e morreu em 43 a. C., foi advogado, orador e escritor romano. Desde muito jovem, aproximou-se da filosofia; todavia, a sua dedicação maior voltou-se para a vida pública, a vida forense e política. Por isso a sua escolha de fundo foi a retórica, a oratória.





Em janeiro de 49 a. C., o triúmviro

Cada um dos três magistrados da Roma antiga que formava o governo (triunvirato).

Antigo nome do rio atravessado por Júlio César localizado no norte da Península Itálica.

romano Júlio César atravessou o Rubicão

e desencadeou a guerra civil que o levaria a dominar todo o império. De volta a Roma em 45 a. C., começou a governar como déspota absoluto e tratou de eliminar os últimos adversários. Entre os adversários perseguidos estava Cícero, que na época era senador e figura proeminente da política romana nos anos anteriores. Obrigado a deixar a vida pública, Cícero recolheu-se à vida privada e retomou a meditação filosófica, de que já se ocupara num primeiro exílio, por volta de 51 a. C. O resultado foi um conjunto de obras, escritas em aproximadamente dois anos, e que versam sobre os mais variados assuntos. [...] Esse conjunto de obras desempenharia papel de primeiro plano na história do pensamento, porque fazia do latim um idioma filosófico (Disponível em: <http://www.pucsp.br/~filopuc/verbete/cicero.htm>. Acesso em: 16 de nov. de 2008).

Segundo Hartog, o catálogo das obras de Cícero não inclui nenhum livro de história, mas mesmo assim muitas vezes o autor escreveu e refletiu sobre a história como gênero literário. Em *Do Orador*, obra escrita em 55 a. C., Cícero, pela boca do orador Antônio, traça os princípios da história em Roma e isso o leva a marcar a diferença entre o advogado e o historiador, entre a eloquência do fórum praticada e desenvolvida em Roma e aquela cultivada pelos historiadores gregos.

Portanto, o orador Cícero estava preocupado com a arte de falar bem, com a capacidade de falar e expressar-se com desenvoltura, principalmente, como advogado, com o intuito de persuadir pela palavra. Por esse motivo, na mesma obra ele se preocupa em definir quais conhecimentos o orador deve possuir.

Vejamos como Cícero narra a origem da história:

— Vamos, diz Antônio, que tipo de orador e que tipo de homem eloqüente julgas que alguém deva ser para escrever a história?

— O melhor, se for para escrever como os gregos – diz Catulo; mas, para escrever como os nossos, não é preciso um orador – basta não ser mentiroso.

— Entretanto, não debes desprezar os nossos – diz Antônio; os próprios gregos, no início, escreveram também como nosso Catão,

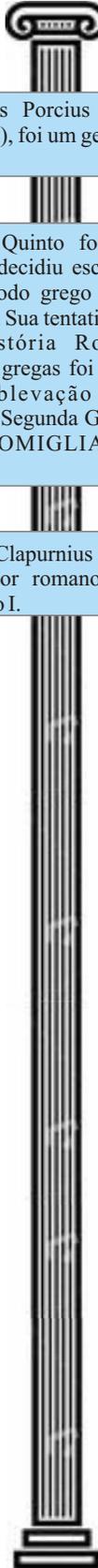
como Fábio Píctor,

como Pisão.

Pois a história não era mais que a confecção de anais. Com esse objetivo e para guardar a memória oficial é que, do começo dos acontecimentos de Roma até o pontífice máximo Públio Múcio, o pontífice máximo punha por escrito todos os acontecimentos de cada ano e escrevia-os numa tábua branca que expunha em sua casa, para dar ao povo a possibilidade de conhecê-los: é o que ainda se chama de grandes anais. Muitos seguiram essa forma de redação que, sem ornamento algum, deixou apenas os monumentos relativos aos tempos, aos homens, aos lugares, aos acontecimentos (CÍCERO apud HARTOG, 2001, p. 145).

Na tentativa de traçar a origem da história em Roma, Cícero definirá que a história começa como aquela escrita nos anais, ou seja, com o objetivo de guardar a história oficial do começo dos acontecimentos de Roma até o pontífice máximo Públio Múcio. Hartog pergunta: por que o Pontífice? E responde: porque ele era, por sua função, aquele que exercia o poder máximo sobre os assuntos da religião e por isso era o mestre do tempo, do mesmo modo que fixava o calendário, tinha o poder de preservar em sua tábua a memória dos acontecimentos.

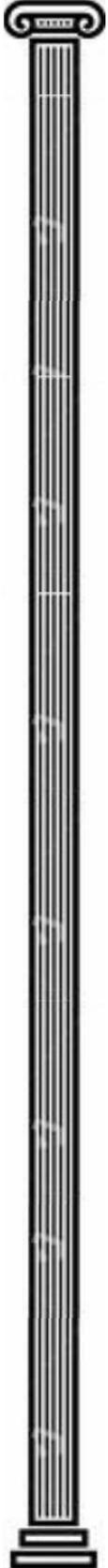
Quais eram os acontecimentos registrados nesses anais? As vitórias, as calamidades, os prodígios. Essa crônica pontifícia era uma história que recolhia os acontecimentos que a cidade escolhia memorizar, uma história oficial ou, ainda, religiosa de Roma, um relato que começava a cada ano.



Catão, Marcus Porcius Cato (234 -149 a. C.), foi um general romano.

Fábio Píctor Quinto foi um “romano que decidiu escrever história do modo grego entre 215 e 200 a. C. Sua tentativa de produzir história Roman usando linhas gregas foi parte de uma sublevação que denominamos Segunda Guerra Púnica” (MOMIGLIANO, 2004, p. 129).

Pisão, Gaius Clapurnius Piso, foi um senador romano que viveu no século I.



No entanto, a história sai dos anais e Cícero considera que há uma continuidade entre tais histórias, pois também na Grécia primeiro se recolheu fatos sem estilo e ornamento e somente depois com Heródoto e Tucídides a história ganhou estilo. Hartog chama atenção para o fato de Cícero desconsiderar o principal aspecto da escrita da história de Heródoto, a investigação.

O professor de retórica Dionísio de Halicarnasso (nascido em 60 a. C. e falecido em data desconhecida) também escreveu a história das origens de Roma em sua maior obra *Antigüidades Romanas*, publicada em 7 a. C., e retomou a mesma tese a respeito das semelhanças entre as origens da historiografia grega e romana, sem, contudo, conseguir comprová-las.

Depois de definidas as origens da história romana para esses autores romanos, podemos nos voltar para a explicação da segunda questão de Cícero: a diferença entre o advogado e o historiador, entre a eloqüência do fórum praticada e desenvolvida em Roma e a cultivada pelos historiadores gregos.

Para Cícero, a história, para ser verdadeiramente escrita, para deixar de ser apenas o registro nos anais, deve ser escrita para o orador e ninguém melhor que ele, o próprio orador, para escrever tal história, pois domina a arte da palavra, a eloqüência.

Que tipo de história deve o orador escrever?

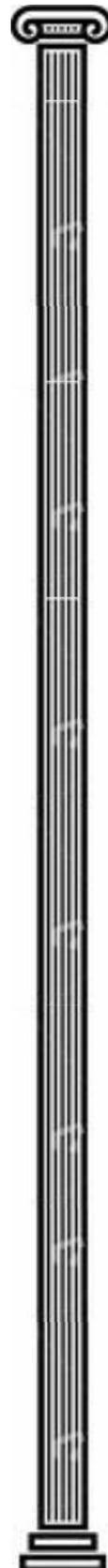
*História mestra da vida*: a mais famosa fórmula criada para definir a história foi cunhada por Cícero e não cessará de ser retomada. A definição da história como “testemunha dos séculos, luz da verdade, vida da memória, mestra da vida, mensageira do passado” (HARTOG, 2001, p. 181), supõe a intervenção do orador, o orador deve emprestar a sua voz à história para que ela possa cumprir esses postulados.

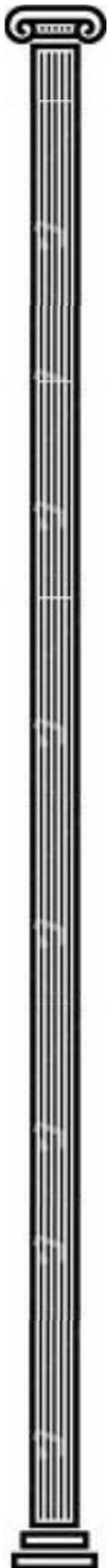
[...] não vedes a que ponto a história é função do orador? Não sei se a mais importante, pela riqueza e pela variedade do estilo. Nem a encontro em lugar algum especialmente contemplada pelos preceitos dos retores. É que estes se encontram, de fato, diante de nossos olhos. Com efeito, quem ignora que a primeira lei da história é não ousar dizer algo falso? Em seguida, não ousar dizer algo que não seja verdadeiro? Que não haja, ao se escrever, qualquer suspeita de complacência? Nem o menor rancor? Evidentemente, esses fundamentos são conhecidos por todos, mas a própria construção repousa nos fatos e nas palavras: a inteligência dos fatos requer a ordem dos tempos e a descrição dos lugares (CÍCERO apud HARTOG, 2001, p. 151).

As regras destacadas por Cícero como conhecidas por todos exigem imparcialidade do historiador. Para escrever a história são necessários fatos e palavras. O historiador pode ordenar esses fatos, apresentá-los por meio das palavras, mas nunca poderá instaurá-los, criá-los, instituí-los. Os fatos são verdadeiros, eles existem, seu aproveitamento e composição pertencem à competência do orador.

Hartog salienta que a distinção entre *res* (fato) e *verba* (palavra) já indica que a *narratio*, ou seja, a composição do texto, não se limita somente às palavras, mas informa o próprio conteúdo. “Quanto às palavras, a história requer um estilo que flua e se desdobre regularmente (como o de Heródoto), diferente, em todo caso, da eloquência de combate do fórum. A história não é uma arte da ação” (HARTOG, 2001, p. 182).

Os autores latinos, ao se dedicarem às definições de eloquência e história, são sensíveis às diferenças dos dois regimes de temporalidade. Enquanto a eloquência do fórum triunfa e se consuma no presente, a história, memória *rerum gestarum*, ou seja, a narrativa sobre o passado, endereça-se à





posteridade, como promessa de imortalidade, ela se encarrega do desejo de imortalidade. E é nesse ponto que entra o papel da glória, pois fazendo brilhar a glória de seu objeto o historiador aumenta a sua própria reputação, a sua fama. Quanto melhor o objeto e mais talentoso o historiador, mais imortal será a obra.

Em linhas gerais, a *historia magistra vitae* é o programa de uma história fornecedora de exemplos a serem imitados e, apesar dessa fórmula ter sido inventada por Cícero, a concepção de história como aquisição vem do século V a. C. Os exemplos apresentam-se úteis tanto por aquilo que deve ser imitado quanto por ações que devem ser evitadas.

Encaminhamo-nos para o final desse capítulo e nada mais adequado que uma revisão.

### **1.6 - Luciano de Samósata ou como se deve escrever a história**

Ao dialogarmos com Luciano retomaremos os principais autores que desfilaram por esse capítulo e com isso faremos uma espécie de resumo ou revisão dos principais aspectos de como se escreveu a história na Grécia e em Roma.

Como todos nós já sabemos:

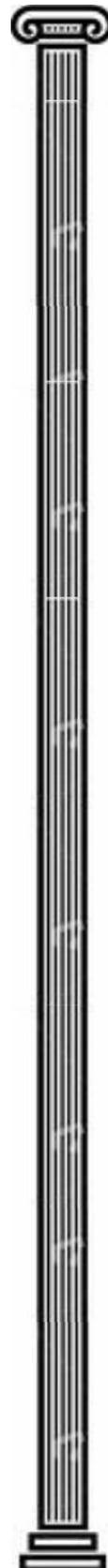
- 1) Na Antigüidade se inventou a história. No entanto, ao mesmo tempo em que se produziram muitas obras historiográficas, pouco se preocuparam com as reflexões sobre essa novidade. Ou seja, pouco se produziu a respeito das regras desse fazer.
- 2) O silêncio dos filósofos antigos sobre essas regras do fazer historiográfico é quase completo. Aristóteles dedica apenas algumas passagens da *Poética* a essa questão, nas quais a história é rejeitada em favor da poesia.

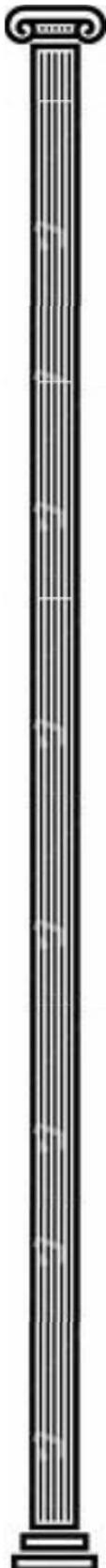
- 3) Um pequeno tratado metodológico de autoria de Luciano de Samósata (119-175 d. C. aproximadamente) é a única exceção que nos restou.
- 4) Luciano de Samósata publicou *Como se deve escrever a história*, em 165 d. C., uma obra inteiramente dedicada à historiografia de um ponto de vista teórico.

Somos levados, portanto, a nos perguntar a respeito do próprio ineditismo da obra: por que Luciano resolveu escrever uma teoria da história? Por que escrever um tratado que nenhum outro escritor da Antigüidade tivera necessidade ou interesse em escrever?

Encontramos a resposta no próprio texto de Luciano, pois o tratado se inicia com uma anedota: no tempo do rei Lisímaco os cidadãos de Abdera, acometidos por uma febre, saíram às ruas recitando versos da *Andrômeda* de Eurípides, achando que estavam representando tragédias. Segue-se a crítica: da mesma maneira, um *páthos* (paixão, doença) havia acometido os intelectuais de seu tempo. 'Desde que a situação atual se apresentou – a guerra contra os bárbaros, o desastre na Armênia e a série de vitórias – não há pessoa que não escreva história; mais, todos se tornaram Tucídides, Heródotos e Xenofontes'. Luciano acusava os intelectuais gregos de estarem doentes: escreviam e recitavam relatos sobre a guerra contra os partos achando que estavam fazendo história (LEME LOPES, 2005, p. 188).

A crítica de Luciano era a seguinte: quem disse que sair narrando a campanha vitoriosa de **Lúcio Aurélio Vero, o co-imperador ao lado de Marco Aurélio**, contra os partos ou Império Arsácida, localizado no Planalto Iraniano, era escrever a história? Portanto, Luciano foi motivado a escrever seu manual diante das inúmeras histórias que em 165, ano em que o publicou, acabavam de sair para celebrar a campanha do imperador e que ele considerava desvinculadas dos ensinamentos de Tucídides.





Para Hartog, uma das justificativas da importância do texto é que Luciano criou o retrato de Tucídides que foi transmitido para os séculos seguintes como modelo de historiador. É destacando a imparcialidade que Hartog inicia a sua tradução de Luciano:

Portanto, assim deve ser para mim o historiador [...]: sem medo, incorruptível, livre, amigo da franqueza e da verdade; como diz o poeta cômico, alguém que chame os figos de figos e a gamela de gamela; alguém que não admita nem omita nada por ódio ou por amizade; que a ninguém poupe, nem respeite, nem humilhe; que seja juiz equânime, benevolente com todos até o ponto de não dar a um mais que o devido; estrangeiro nos livros, apátrida, autônomo, sem rei, não se preocupando com o que achará este ou aquele, mas dizendo o que se passou (LUCIANO apud HARTOG, 2001, p. 225).

Quem aparece para exemplificar esse modo? Tucídides, mas também Heródoto e Homero.

Tucídides fez muito bem em estabelecer essa norma e em discernir entre a virtude e o vício na historiografia, vendo que Heródoto era tão admirado a ponto de seus livros serem chamados pelos nomes das Musas. Diz ele que o que escreve é uma aquisição para sempre, mais que uma peça de concurso, voltada para o presente; diz ainda que não acolhe o fabuloso, mas deixa para a posteridade a verdade dos acontecimentos. Acrescenta também que a utilidade é o fim da história, de modo que, se alguma vez, de novo acontecem coisas semelhantes, poder-se-á, diz ele, consultando-se o que foi escrito antes, agir bem com relação às circunstâncias que se encontram diante de nós (LUCIANO apud HARTOG, 2001, p. 225).

Em Luciano são retomados os ensinamentos de todos os autores que vimos anteriormente:

1) A exigência de olhar os dois lados (presente na epopéia de Homero, nas *Histórias* de Heródoto e na *História da Guerra do Peloponeso* de Tucídides);

2) A imagem do juiz imparcial (destacada por Heródoto que julgava agir como um juiz por ouvir igualmente as duas partes);

3) A “aquisição para sempre” de Tucídides é uma exigência obrigatória;

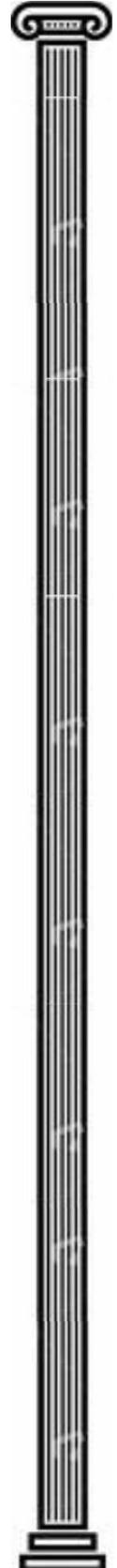
4) E o último traço de escrita da história antiga que estudamos no subtítulo anterior: a história mestra da vida, ou seja, a preocupação com a posteridade. Essa fórmula deve guiar o historiador, pois escrever para a posteridade é a verdadeira utilidade do trabalho do historiador.

As obrigações do historiador estão declaradas. E por que o bom historiador consegue cumprir com esse cânon e seguir tal padrão? Porque os fatos estão aí, eles aconteceram, o historiador não tem que buscar o que dizer, mas apenas como dizer aquilo que aconteceu.

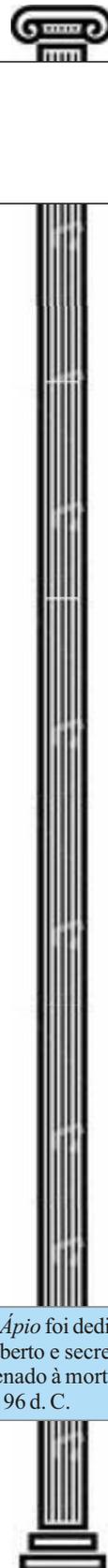
Retomando o princípio tucididiano da autópsia, Luciano acrescenta que não cabe apenas ver claramente os fatos, mas cabe ao historiador fazer o leitor ou o ouvinte ver o que se passou por meio da sua narrativa.

Luciano de Samósata, no ano de 165, descreve como deve ser o historiador e como deve ele trabalhar. O autor do único tratado antigo a respeito da história constrói o retrato final do historiador e ele tem a cara de Tucídides.

No entanto, depois de séculos contando a história e com ela ensinando como se deve contar, vozes dissonantes surgirão apontando os esquecimentos daqueles que proclamam guardar a memória dos acontecimentos, daqueles que alegam ver dos dois lados com imparcialidade, mas se colocam na origem de tudo, dizem investigar e os resultados das investigações deixam de contar a verdade e, se é assim, como poderão escrever uma história que ensina a posteridade? Veremos que a partir do primeiro século da era cristã a escrita da história terá que incorporar novos conteúdos.







### A escrita da história judaica e eclesiástica

O roteiro escolhido para esta segunda viagem pelo mundo da escrita da história prevê uma parada nos textos de Flávio Josefo, Eusébio de Cesaréia e Santo Agostinho.

Nós continuamos sempre conduzidos por algumas questões. Agora já sabemos como se escreveu a história dos gregos e romanos na Antigüidade. No entanto, outras configurações de nação e povo serão colocadas em questão, perguntarão pela história dos judeus e dos cristãos.

Para incluir novos temas os historiadores terão que escrever de forma diferente? A história medieval terá os mesmos procedimentos? Quais documentos serão privilegiados? Surge uma nova instituição: a Igreja. Qual o papel da autoridade institucional na escrita da história? E o historiador, perderá o seu espaço?

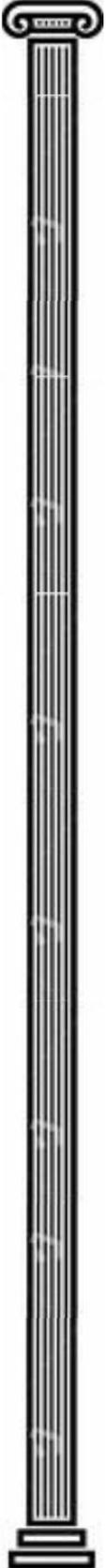
Essas são algumas questões que responderemos neste segundo capítulo, lembrando que François Hartog continua como nosso guia.

#### 2.1 Flávio Josefo e a história judaica

Se as origens da história de Roma vinham da gloriosa Grécia para Cícero e Dionísio de Halicarnasso, veremos com Flávio Josefo que as próprias origens gregas são questionadas.

Com efeito, através de minha obra sobre a história antiga – ó Epafrodito, \_\_\_\_\_ o mais excelente dos homens! – julgo ter mostrado para seus eventuais leitores que nosso povo, os judeus, é o mais antigo, que sua primeira formação foi original e como habitou a região que temos hoje. Abrange a cifra de cinco mil anos a história que compus em língua grega, **a partir de nossos livros sagrados**. Todavia, como vejo muitos darem

O livro *Contra Ápio* foi dedicado a Epafrodito, liberto e secretário de Nero, condenado à morte por Domiciano em 96 d. C.



atenção às calúnias que alguns proferem, por malícia, e recusarem-se a dar crédito ao que escrevi sobre a nossa história antiga, tomando como prova de que nosso povo é mais novo o fato de que **não há nenhuma menção a ele nos historiadores gregos ilustres**, acreditei dever escrever sucintamente sobre tudo isso, principalmente para pôr à prova a malícia e os ditos intencionalmente mentirosos dos detratores, para corrigir a ignorância dos outros e **instruir todos os que querem saber a verdade sobre nossa Antigüidade**. De um lado, como testemunhas de minhas afirmações, utilizarei os autores que os gregos julgam mais dignos de fé no que respeita a toda a história antiga; de outro, são os autores de escritos caluniosos e mentirosos sobre nós que convocarei para que sejam postos à prova. Mas, tentarei também explicar as razões pelas quais **não há muitos gregos que recordam nossa nação em suas histórias**. Todavia, farei ver também, a quem não os conhece ou finge ignorá-los, os que não omitiram nossa história (JOSEFO, Flávio apud HARTOG, 2001, p. 239, grifos nossos).

Flávio Josefo nasceu em Jerusalém, no ano de 37 d. C., em uma família de longa tradição sacerdotal. Ele recebeu uma educação judaica baseada na Torá, formada pelos livros sagrados do judaísmo, daí acreditar que tanto os valores éticos, morais quanto a história do homem podem ser encontrados nesses livros. Josefo se torna cidadão romano e, vivendo em Roma, escreve várias obras: *Guerra dos Judeus*, *Antigüidades Judaicas* (história do povo judeu desde a criação do mundo), *Autobiografia* e *Contra Ápio*. O trecho citado acima é parte do livro *Contra Ápio*. Polígrafo alexandrino, Ápio defendeu diante de Calígula (imperador romano de 37 a 41 d. C.) a causa dos gregos de Alexandria e criticou os judeus e o judaísmo, em resposta Josefo produziu a obra defendendo a excelência e a antigüidade dos hebreus.

No texto, Flávio Josefo afirma que escreverá a verdadeira história, a verdade do ponto de vista judeu, a verdade que os gregos deixaram de contar. Ele utiliza os ensinamentos de Tucídides contra os próprios historiadores gregos, pois afirmará que esses não partem dos fatos e sim

das vãs opiniões porque a preocupação em escrever a história dentre eles é muito nova e, portanto, não dispõem de memórias dos acontecimentos longínquos.

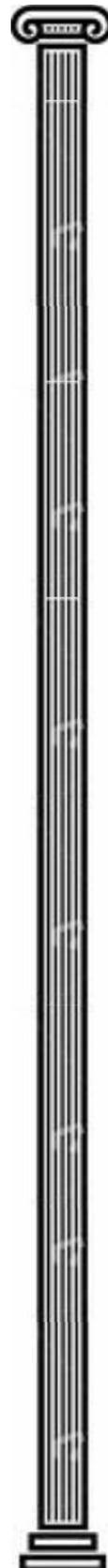
Vejamos o que ele tem a nos dizer:

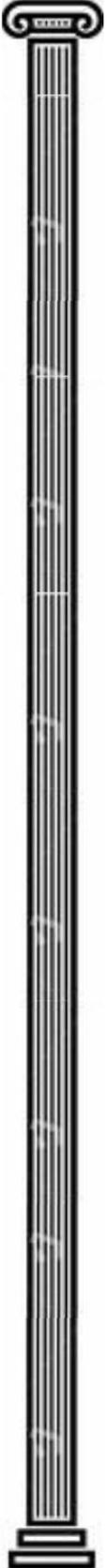
Em suma, **não se encontra entre os gregos nenhum escrito que se admita ser mais antigo que a poesia de Homero**: é evidente que este viveu depois da Guerra de Tróia e diz-se que ele próprio não deixou sua poesia por escrito, mas, tendo ela sido transmitida de memória, constituiu-se mais tarde pela reunião dos cantos, sendo por isso que apresenta tantas discordâncias. [...] Assim, como não é **absurdo que os gregos arroguem serem os únicos a conhecer a Antigüidade** e a transmitir com exatidão a verdade sobre ela? [...] Pois não foi apenas entre o restante dos gregos que se **negligenciaram os registros**. Até entre os atenienses, que se dizem autóctones e preocupados com a educação, não se encontra nada [...] (JOSEFO apud HARTOG, 2001, p. 241, 243 e 245, grifos nossos)

Josefo vocifera contra os historiadores gregos que, segundo ele, se puseram a escrever sem se esforçarem para atingir a verdade, mesmo que proclamassem a verdade em todos os textos.

Observem que interessante essa contraposição realizada no primeiro século depois de Cristo. Flávio Josefo está questionando o conteúdo das histórias escritas pelos gregos, no entanto, todos os pontos colocados em questão foram criados pelos próprios gregos como a forma correta de se escrever a história. Os gregos criam os fundamentos de como se deve escrever a história e essas bases são confrontadas com a sua própria escrita. Josefo lança um olhar desconfiado para os textos dos historiadores gregos e aponta os erros.

No entanto, como um bom crítico, Josefo mostra como não se deve escrever a história e, logo em seguida, explica a maneira correta de se fazer começando pela definição de quem pode ser o historiador e a partir de quais





fontes escreve. Vejam que essa será uma mudança fundamental em relação à escrita da história grega e romana.

De fato, não somente, desde o princípio, incumbiram-se disso os mais **nobres, que também prestavam serviço ao culto de Deus**, como também tomaram-se precauções para que a **estirpe dos sacerdotes** permanecesse sem mistura e pura. [...] Assim, naturalmente, ou melhor, necessariamente – já que todos não são livres para escrever e nenhuma discordância existe no que está escrito, mas só os profetas, de um lado, **por inspiração de Deus**, conheceram o que há de mais remoto e mais antigo, e, por outro, escreveram de modo claro o que aconteceu em sua própria época – **não temos milhares de livros discordantes e contraditórios, mas só vinte e dois livros que contêm o registro da totalidade do tempo**, nos quais, com justiça, se acredita. [...] Na prática, é evidente como nós lidamos com nossos escritos: pois, transcorrido já tanto tempo, ninguém ousou acrescentar, suprimir ou mudar nada neles, mas **é inato em todo judeu, desde seu nascimento, crer que são os decretos de Deus, ser-lhes fiel e, se necessário, morrer por eles com prazer**. [...] Ora, fiz esta digressão querendo assinalar a falta de escrúpulos dos que professam escrever histórias. Tendo tornado suficientemente claro, como creio, que **o registro das antigüidades é mais próprio dos bárbaros que dos gregos** [...] (JOSEFO apud HARTOG, 2001, p. 247, 249 e 253, grifos nossos)

Apesar de longa, a citação acima transcrita apresenta pontos fundamentais para entendermos em que medida se construiu uma história judaica em continuidade com os princípios de escrita já estabelecidos pelos gregos e seguidos pelos romanos e, ao mesmo tempo, em oposição a tal escrita.

Para Josefo, o registro das antigüidades é próprio dos povos denominados bárbaros pelos gregos, principalmente, os judeus. A justificativa para tal especificidade é a tradição mantida por sacerdotes e profetas de preservar as escrituras sagradas. A partir da conservação dessas escrituras, a historiografia judaica é produzida pelos responsáveis por sua guarda, portanto a escrita da história é vinculada a uma

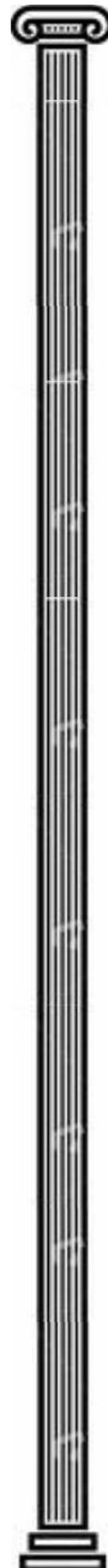
instituição. Os profetas escrevem sob a inspiração divina e por isso não há discordâncias entre os textos.

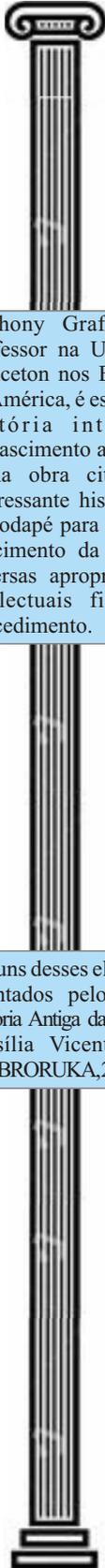
O tom de Josefo quando trata dos desacordos dos gregos e das várias versões de um mesmo fato é de total indignação, pois essa é a prova de que a historiografia grega anuncia a verdade sem alcançá-la. De fato, para ele os gregos se preocupam mais em convencer os leitores do que em estabelecer a verdade.

No fragmento de Josefo, citado acima, é possível perceber essas questões claramente, mas Hartog chama a atenção para os argumentos que Josefo desenvolve em seus outros livros:

Defendendo sua *Guerra dos Judeus* contra os caluniadores, ele apresenta-se como um historiador que pratica a autópsia. Graças ao exílio, Tucídides viu os dois lados; Josefo, a partir do dia em que esteve presente ao assédio de Jerusalém com os romanos, “viu” também os dois lados. Ele é, pois, um historiador verídico, na tradição de Tucídides e de Políbio! Mas fez mais ainda: para impor sua obra, tomou como testemunhas [...] os imperadores Vespasiano e Tito. Nisso, deixa-se de lado Tucídides e Políbio, pois tudo se passa como se a verdade do livro tivesse sido autenticada pela autoridade imperial. Assim se encontra de novo, mas deslocada, a **questão da instituição**. Essa autenticação por uma autoridade, **que se tornará um procedimento comum da historiografia medieval** (a mais alta autoridade sendo então o papa), rompe, de qualquer modo, com a tradição grega e romana. Quanto a suas *Antigüidades Judaicas*, não se pode invocar a autópsia, mas a veracidade encontra-se plenamente assegurada pela qualidade sacerdotal do autor. Ainda e sempre, a instituição. (HARTOG, 2001, p. 266, grifos nossos)

Importa ressaltar a ruptura apontada por Hartog. Flávio Josefo cria uma autenticação para a escrita da história. A sua história é verdadeira não somente pelos procedimentos da autópsia aprendidos com Tucídides, mas porque uma instituição atesta a veracidade dos fatos narrados.





Outra característica importante que cabe ressaltar são as várias referências que o livro *Contra Ápio* faz a documentos preservados pelos sacerdotes e que Josefo afirma ter encontrado nos arquivos de cidades reais. Esse procedimento também carrega uma novidade, pois “os escritores da grande história política preocuparam-se mais com a narração eloqüente de façanhas exemplares e discursos convincentes do que com a análise erudita de problemas específicos de datação e de interpretação” (GRAFTON, 1998, p. 129).

Anthony Grafton (1950) é professor na Universidade de Princeton nos Estados Unidos da América, é especializado em história intelectual do Renascimento ao século XVIII e na obra citada faz uma interessante história das notas de rodapé para compreender o nascimento da erudição e as diversas apropriações que os intelectuais fizeram de tal procedimento.

Flávio Josefo “não deixou dúvidas a qualquer leitor quanto ao fato de que os documentos de arquivos mereciam crédito porque foram preservados por sacerdotes, e não meros historiadores, em lugares públicos” (GRAFTON, 1998, p. 141).

Josefo precisava provar a antigüidade do povo judeu e se contrapor à tradição historiográfica greco-romana. Daí a importância que conferirá aos documentos e a todo tipo de autoridade: documentos de arquivo, autoridade sacerdotal, autoridade imperial.

Alguns desses elementos foram apontados pelo professor de História Antiga da Universidade de Brasília Vicente Dobroruka. (DOBRORUKA,2007,p.119-136).

Podemos reunir alguns elementos que caracterizam a escrita da história de Flávio Josefo:

- 1) A verdade da história humana é dada por Deus;
- 2) Essa verdade é apreensível pelos profetas e sumos sacerdotes que, como Josefo, conseguem ler adequadamente os livros sagrados;
- 3) Os documentos arquivados pelos profetas e sacerdotes devem ser consultados;
- 4) A história verdadeira é escrita, especialmente, por judeus e não por gregos;
- 5) Os registros foram preservados desde a Antigüidade somente pelos povos bárbaros (não gregos);
- 6) Se a história é escrita a partir dos livros sagrados, não há várias versões e discordâncias;

- 7) Os escritores gregos discordam uns dos outros porque o que interessa a eles é o convencimento e não a verdade;
- 8) Josefo não descarta a autópsia, ele mesmo, um judeu nascido em Jerusalém, escreve em grego; é formado para ser rabino e não historiador, vai para Roma, encanta-se com a grandiosidade do Império e de lá escreve a história do seu povo;
- 9) Josefo “vê” dos dois lados, mas, para autenticar sua obra, utiliza os imperadores como testemunhas;
- 10) As instituições sacerdotal e imperial autenticam a autoridade da história de Josefo.

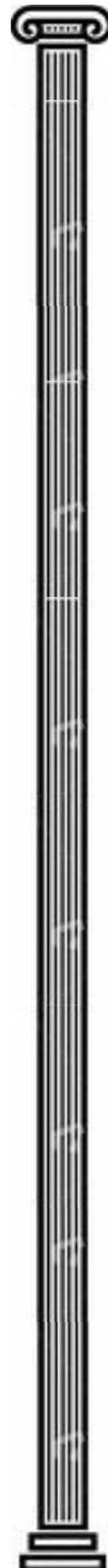
Nessa nossa viagem pelas várias maneiras de conceber a história, chegamos, portanto, à autoridade institucional como um novo procedimento que, como afirma Hartog, será comum na historiografia eclesiástica medieval. Vamos conhecer o iniciador da história eclesiástica que marcará os próximos séculos.

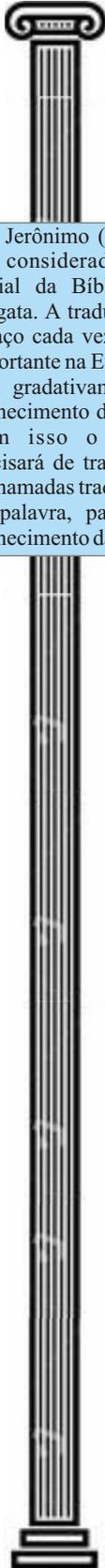
## **2.1 - Eusébio de Cesaréia e a *História Eclesiástica***

Neste subtítulo conheceremos as origens da história cristã medieval. Quem nos apresentará a ela, que se anuncia como a nova história de uma nação jovem e ao mesmo tempo muito antiga, é Eusébio de Cesaréia.

Quem é Eusébio de Cesaréia? O que escreveu? Vamos conhecê-lo.

Não se sabe ao certo o local de nascimento de Eusébio (265-340 d. C.), mas seu nome ficou associado ao de Cesaréia por ter se tornado bispo dessa localidade da Palestina (que integrava o Império Romano). Eusébio era leitor de Flávio Josefo e foi o primeiro historiador a escrever a história da Igreja do ponto de vista cristão. O seu pioneirismo é destacado pela novidade do tema, a Igreja, já





São Jerônimo (331-420 d. C.) foi considerado o tradutor oficial da Bíblia latina – a Vulgata. A tradução ganha um espaço cada vez maior e mais importante na Europa medieval que, gradativamente, perde o conhecimento da língua grega. Com isso o cristianismo precisará de traduções “fiéis”, as chamadas traduções palavra-por-palavra, para expandir o conhecimento da religião.

que sua obra é contemporânea ao reconhecimento, pelo imperador Constantino I (272-337 d. C.), do cristianismo como religião legítima do império, proibindo após 312 a perseguição aos cristãos.

Eusébio de Cesaréia é autor de uma *Crônica* que integra outra obra intitulada *Tábuas Cronológicas* da qual só conhecemos a segunda parte traduzida do grego para o latim

por São Jerônimo e completada por ele até o ano de 378. Depois de produzir as pesquisas que resultaram na tábua cronológica, Eusébio pôde dar início à *História Eclesiástica* que o tornaria conhecido. A primeira edição é de 312, percebam que coincide com o ano em que o cristianismo passa a ser uma religião aceita pelo Império Romano, mesmo que ainda não tivesse se tornado religião oficial, o que só acontecerá em 392. Portanto, mesmo antes da determinação de Constantino I de legalidade ao cristianismo, Eusébio concebia a religião como uma nação, ele se refere aos cristãos como um povo. Outras obras posteriores do autor são: *Preparação Evangélica*, *Demonstração Evangélica*, o *Elogio de Constantino* e a *Vida de Constantino*.

As duas últimas obras além de proclamarem a verdade do cristianismo ainda destacam a missão providencial do imperador romano. O *Elogio de Constantino* foi proferido diante do imperador em 336 e a *Vida de Constantino* foi escrita após a sua morte em 337.

Convido o leitor a tomar contato com o texto de Eusébio e perceber as diferenças quando comparado com a escrita de gregos e romanos:

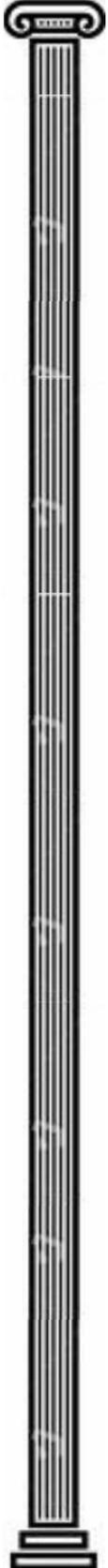
A **sucessão dos santos apóstolos**, com os tempos cumpridos desde nosso Salvador até nós; quantas e quão importantes coisas se diz terem acontecido na **história eclesiástica**; quantos comandaram e presidiram brilhantemente as mais insígnias dioceses; quantos, em cada geração, sem escrever ou também por escrito, foram embaixadores da

palavra divina; quais e quantos, em determinada época, levados aos últimos erros pelo desejo de inovação, se proclamaram introdutores da falsamente chamada gnose, como lobos cruéis assaltando sem compaixão o rebanho de Cristo; por outra parte, **na seqüência**, também o complô contra nosso Salvador que imediatamente atingiu toda a **nação dos judeus**; a quantas guerras, de que natureza e em que tempo a palavra divina foi submetida pelos gentios; quão grandes homens, de acordo com a ocasião, assumiram para si o combate, através de sangue e torturas; os testemunhos sobre isso em nossos próprios dias e a assistência de nosso Salvador, dada a todos com favor e benevolência – **tudo isso decidi transmitir por escrito**, não começando por outro ponto que pela economia inicial de nosso Salvador e Senhor, Jesus o ungido de Deus. Mas, desde agora, o assunto requer a indulgência dos sábios, por reconhecer eu que ultrapassa minhas forças cumprir a promessa de modo completo e sem falhas, já que, sendo **o primeiro a avançar por este assunto, sigo por um caminho deserto e intacto, suplicando que Deus seja meu guia e me auxilie o poder do Senhor**, pois, seguramente, **não é mesmo possível encontrar quaisquer pegadas de homens que me tivessem precedido** [...] (CESARÉIA apud HARTOG, 2001, p. 255).

Dentro da proposta de comparação deste texto com aqueles que já conhecemos, alguns elementos saltam aos olhos e merecem nossa atenção. Vamos destacá-los a partir das considerações de Hartog:

- 1) Na primeira frase do prefácio citado acima, Eusébio de Cesaréia define seu empreendimento e marca sua ruptura com relação à historiografia clássica;
- 2) Ele não escreverá a história das Guerras de Tróia, Médicas, do Peloponeso ou as origens de Roma ou do povo judeu;
- 3) Sua história se denominará *História Eclesiástica*: ruptura com a historiografia clássica, mas, sobretudo, com a historiografia pagã. Isso significa que não é um rompimento com a história anterior, mas com a história também contemporânea a ele que





não trata da narrativa de tudo o que se realizou de grande desde “nosso senhor até nós”;

- 4) Essa afirmação pressupõe que toda a “economia de Cristo” é história, isto é, todas as manifestações terrestres de Cristo dizem respeito à história;
- 5) Não qualquer história, a uma história específica, diferente: à história eclesiástica;
- 6) Ainda na primeira frase ele destaca o seu método: a sucessão;
- 7) Os gregos não desconheciam a sucessão de filósofos e historiadores, mas Eusébio quer construir uma história da sucessão “dos apóstolos e dos bispos, seus sucessores regulares, posto que a tradição apostólica é a garantia de autenticidade da doutrina. Encontra-se de chofre a instituição, a autoridade e a memória” (HARTOG, 2001, p. 266-267).
- 8) Para esse tipo de história e utilizando o método mencionado, Eusébio não encontra antecessores e se declara o primeiro. Não possui pegadas a seguir, terá que construir o caminho e, para tanto, precisa de auxílio vindo de Deus.

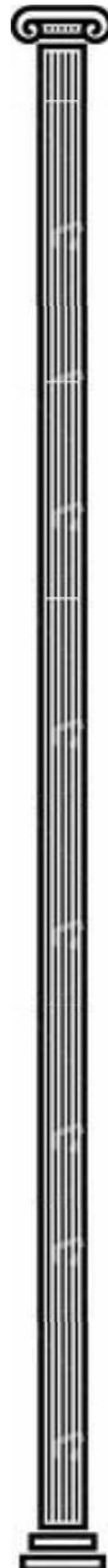
Inspirado por Deus, Eusébio segue apresentando o projeto da *História Eclesiástica*:

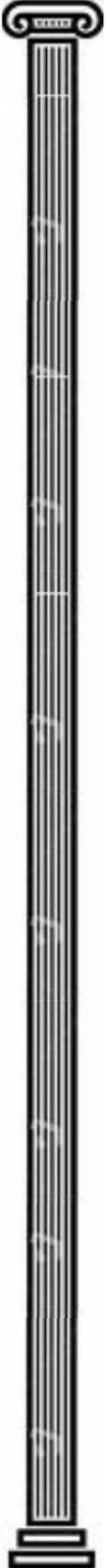
[...] Assim, **dentre o que foi fragmentariamente recordado por aqueles, escolherei tudo o que considero proveitoso para o assunto proposto e, como num prado de palavras colherei as ponderadas declarações dos antigos escritores;** em seguida, usando o tipo de narrativa próprio da história, tentarei fazer com elas um corpo, considerando-me feliz se puder **preservar as sucessões, senão de todos, pelo menos dos mais ilustres apóstolos de nosso Salvador, em cada uma das mais brilhantes igrejas de que ainda hoje há memória.** Considero que é de todo necessário trabalhar eu neste projeto, pois até hoje não conheci absolutamente nenhum escritor eclesiástico que se tenha consagrado a esse tipo

particular de escrita. Espero também que ele seja considerado **muito útil** para os que ambicionam **adquirir os bons ensinamentos da história**. Com efeito, já estabeleci antes um resumo desses acontecimentos, nas *Tábuas Cronológicas* que compus, mas resolvi agora fazer também uma narração completa deles. Começarei meu relato, como dizia, pela economia e teologia do Cristo, cuja altura e força ultrapassam o pensamento humano. Com efeito, quem se dispõe a oferecer, por escrito, **a história do ensinamento da Igreja**, deve necessariamente começar remontando ao princípio mesmo da economia, mais divina do que crê a maioria, do próprio Cristo, já que é dele que pretendemos tirar nosso nome (CESARÉIA apud HARTOG, 2001, p. 257, grifos nossos).

A partir da leitura do trecho acima, outras características podem ser destacadas:

- 1) O historiador eclesiástico não precisa ver por si mesmo, basta-lhe escolher e colher as ponderadas palavras dos antigos escritores;
- 2) A autópsia, portanto, foi descartada por Eusébio de Cesaréia;
- 3) O historiador fará uma reunião inédita dos fatos utilizando a narrativa histórica com o objetivo de preservar a memória da tradição dos apóstolos e das igrejas;
- 4) O tema tradicional da historiografia antiga é retomado: o *tópos da historia magistra vitae*;
- 5) Hartog ressalta que Eusébio reencontra o *tópos* e compõe um florilégio, sendo sua escolha guiada pelo projeto geral do livro que é a história da sucessão dos santos apóstolos;
- 6) Eusébio “cita os autores que nomeia e os arquivos; copia novamente textos, cartas, documentos oficiais. São 'testemunhas' [...] e 'testemunhos' [...] que ele convoca e que lhe servem como prova” (HARTOG, 2001, p. 268). Nada melhor do que “ouvir” os próprios textos originais, dirá Eusébio.





Observem que o “ver” da autópsia de Tucídides cede lugar para o “ouvir” destacado pelo pai da história, Heródoto. Nos próximos séculos o trabalho do erudito se concentrará em “ouvir” os textos originais e, para tanto, datá-los, traduzi-los e, com isso, preservá-los.

- 7) O historiador aparece em posição secundária no texto, pois não foi ele que viu, ele somente reúne, coleta em toda a sua pureza a cadeia de tradição a partir dos que viram;
- 8) No entanto, não é uma obra de convencimento, é uma obra de verdade.

Importa ainda conhecermos a obra citada por Eusébio no excerto acima. Segundo Hartog, o título completo é *Cânones Cronológicos e Resumo da História Completa dos Gregos e dos Bárbaros*. A primeira parte da obra, a *Cronografia*, composta por cinco livros, é conhecida apenas por meio de uma tradução armênia e os *Quadros Cronológicos*, segunda parte da obra, pela tradução latina de Jerônimo, pois o original em grego se perdeu.

Essa obra é responsável pela inserção dos cristãos na história universal por meio da cronologia, daí sua grande importância. Hartog explica que Eusébio fez um exercício cronológico inovando na elaboração de quadros comparativos. Imaginemos um texto escrito em colunas paralelas, cada uma representando as diferentes cronologias (assíria, egípcia, judaica, grega, romana) ligadas por listas dinásticas. Eusébio as coloca lado a lado para estabelecer as sincronias, os momentos em que as histórias se conectam. O número de colunas vai diminuindo de acordo com os nós que mostram as conexões, pois as histórias mais antigas terminam. A última a interromper-se é a cronologia judaica no ano 70 d. C. quando os exércitos romanos, chefiados por Tito, tomam Jerusalém; para Eusébio esse é o fim da nação judaica.

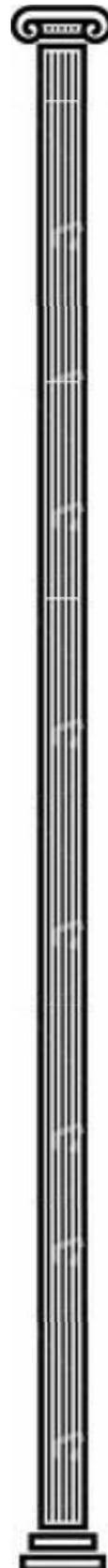
“Então, não resta mais que Roma, cujo império se estende sobre o mundo, e, no coração desse império, os cristãos, essa nação ao mesmo tempo nova (caso se parta da 'economia' do Cristo – o elemento humano que há nele) e mais velha que todas as outras (caso se aborde a 'teologia' do Cristo – o elemento divino que há nele)” (HARTOG, 2001, p. 269).

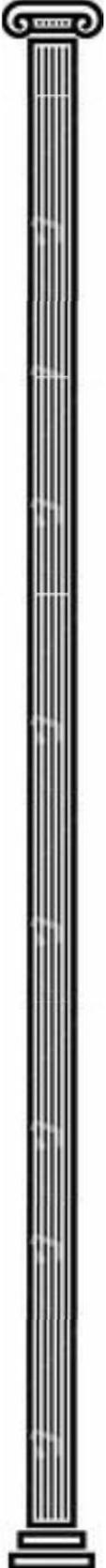
Com Eusébio de Cesaréia temos o nascimento de uma nova historiografia que dominará a escrita da história durante toda a Idade Média, mas que não abandona a fórmula que caracterizou a historiografia antiga, ou seja, a história eclesiástica continua a ser mestra da vida. Ela se define em Eusébio como a “história dos ensinamentos da Igreja”, portanto a sua utilidade é ensinar à posteridade a cadeia da tradição que confere coerência e legitimidade ao cristianismo. Assim como em Flávio Josefo, a instituição autentica a verdade narrada. Essa será uma distinção dessa história nova que nasce na era cristã. Vamos conhecer mais um representante que definitivamente separará essa história das outras.

## 2.1 - Santo Agostinho e as Duas Cidades

Neste momento, Roma foi destruída sob os golpes da invasão dos godos que o rei Alarico conduzia (410): foi um grande desastre. Os adoradores de uma multidão de deuses falsos, que chamamos ordinariamente de pagãos, esforçaram-se para atribuir esse desastre à religião cristã e puseram-se a blasfemar contra o Deus verdadeiro, com mais aspereza e amargor que de hábito. É por isso que, tomado pelo zelo da casa de Deus, decidi escrever contra as blasfêmias e seus erros os livros da *Cidade de Deus* (AGOSTINHO apud HARTOG, 2001, p. 259).

Dessa maneira, Agostinho explica e justifica o seu projeto de escrever a obra que será objeto do nosso olhar neste subtítulo. Ele nasceu em 354 na cidade de Tagaste, localizada no Norte da África e foi para Cartago estudar.





Em 384, deixou Cartago e foi ensinar retórica em Roma, após um ano mudou-se para Milão e a pedido do prefeito da cidade assumiu o cargo de professor. A experiência será importante porque o prefeito naquela época era Ambrósio que foi considerado Doutor Latino da Igreja, portanto, pela primeira vez, Agostinho encontra um interlocutor a altura das suas inquietações e após alguns anos converte-se ao cristianismo. Regressa à África e, em Hipona, cidade localizada no litoral do norte daquele continente, torna-se bispo em 395.

Após a referida trajetória, entre 412 e 426, Agostinho escreve os 22 livros que integram *A Cidade de Deus*.

Vamos conhecer o plano da obra:

Sobre a origem, o progresso e os termos previstos para **as duas cidades, das quais uma é de Deus, a outra deste mundo** (encontrando-se a primeira na segunda, com relação a tudo que concerne ao gênero humano, como peregrina), prometi escrever, após ter refutado, quanto me ajudasse sua graça, os inimigos da cidade de Deus, que preferem seus deuses ao fundador desta última, Cristo, e, com ciúme que muito os prejudica, invejam ferozmente os cristãos. Foi isso que fiz nos dez primeiros volumes. Quanto à promessa em três partes que acabo de recordar, a origem de ambas as cidades encontra-se distribuída pelos quatro livros que seguem o décimo; depois, a progressão desde o primeiro homem até o dilúvio está num só livro, que é o décimo quinto desta obra; em seguida, até Abraão, ambas de novo avançaram juntas em nossos escritos, como no tempo. Mas, de nosso pai Abraão até à época dos reis de Israel (onde terminamos o décimo sexto volume), e, em seguida, até o advento do próprio Salvador em carne (ponto até onde se estende o décimo sétimo livro), **parece que só a cidade de Deus avançou em meu escrito. Todavia, como ela não avançou sozinha neste mundo, mas avançaram ambas, tornaram diversas, desde o início, no gênero humano, as épocas e sua progressão.** Antes de tudo, agi desse modo para que, desde que as promessas de Deus começaram a ficar mais claras, até o seu nascimento da Virgem (quando devia ser cumprido o que tinha sido prometido no início), a cidade que é de Deus

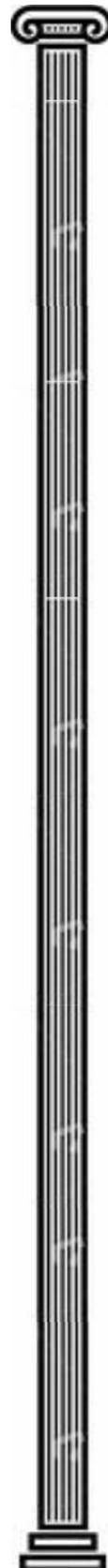
aparecesse marchando mais distintamente, sem encontrar obstáculos interpostos pela outra cidade, ainda que, até a revelação do Novo Testamento, tenha avançado não na luz, mas na sombra. **Agora, vejo que é preciso fazer o que interrompi, para examinar suficientemente de que modo, desde os tempos de Abraão, a outra cidade também avançou, a fim de que ambas possam ser comparadas pelos leitores** (HARTOG, 2001, p. 259-261, grifos nossos).

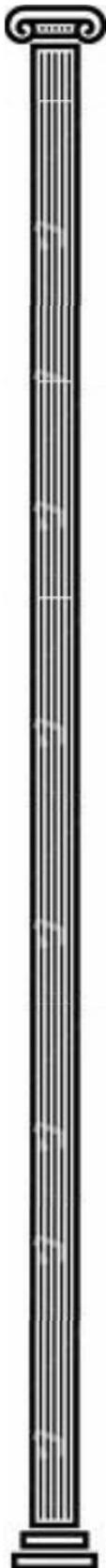
Caro leitor, o trecho é longo, mas ao lermos tal apresentação percebemos que a obra é imensa e que para explicar a sua organização Agostinho precisava dessas linhas. Nós também necessitamos delas para compreendermos a divisão que ele faz da história. Vamos destacar alguns pontos:

- 1) Existem duas cidades: a cidade de Deus e a cidade da terra;
- 2) A cidade da terra começa com Caim assassino de Abel, está presa a terra, à glória e faz para si falsos deuses;
- 3) Abel não fundou nenhuma cidade e pertence à cidade de Deus, que está de passagem, é peregrina e não quer senão o Deus verdadeiro;
- 4) As duas caminham. No entanto, Agostinho encontra o mesmo problema que Eusébio tentou resolver nas tábuas cronológicas: como confrontar a cronologia bíblica e a cronologia profana.

Se a proposta de Agostinho é permitir que o leitor possa comparar as duas cidades, vejamos como ele descreve a cidade da terra:

Ora, a sociedade dos mortais, embora espalhada por toda parte sobre a terra e em quantos e variados lugares se queira, ata-se pela comunhão de, em certa medida, uma única e mesma natureza, buscando cada um dos seus interesses e desejos, enquanto o que é desejado não é suficiente para ninguém ou não o é para todos, porque não se trata do mesmo. Essa





**sociedade divide-se contra si mesma** na maior parte do tempo e **a parte que prevalece oprime a outra**. Assim, a vencida sucumbe à vitoriosa, preferindo, evidentemente, à dominação ou mesmo à liberdade qualquer tipo de paz ou salvação, tanto que gozaram de grande admiração os que preferiram perecer a servir (HARTOG, 2001, p. 261).

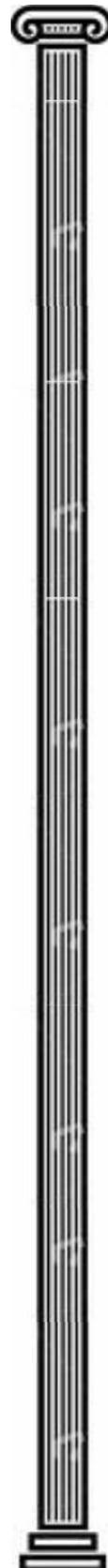
A cidade terrestre é movida pelo amor de si, o desejo de dominar e oprimir. Nela, cada um busca o seu próprio interesse sem se preocupar com o bem de todos. Na maioria do tempo, ela encontra-se dividida contra si mesma.

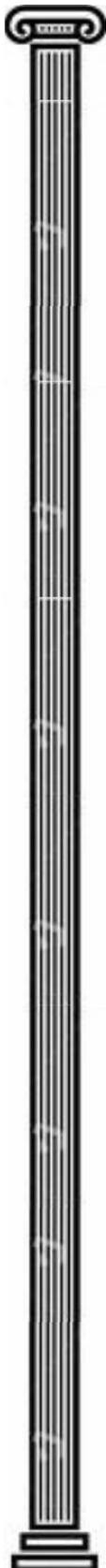
Podemos nos perguntar: que tipo de história é a de Agostinho se comparada às já existentes?

- 1) A história é dupla: a história sagrada e a história das nações ou pagã;
- 2) No entanto, das duas a única que interessa é a história sagrada. Agostinho, enquanto escrevia *A Cidade de Deus*, encarregou um padre de compor um breviário da história profana, em um volume, para responder aos ataques dos pagãos e mostrar que nesta só há guerras, fome, calamidades;
- 3) A história sagrada não precisa ser escrita, ou reescrita, pois se encontra nos livros sagrados, nas Escrituras;
- 4) Há um recuo, portanto, do papel do historiador, ele não é mais necessário;
- 5) É preciso somente saber decifrar essa história: a história desdobra-se no que é dito e no que é significado;
- 6) Agostinho afirmará que as profecias são os momentos-chave para transformar o histórico, o acontecido em alegórico, figurado. Divide as profecias em três gêneros: a que diz respeito à Jerusalém terrestre, a que se dirige à Jerusalém celeste e a que trata de ambas;

- 7) Depois da vinda de Cristo, toda história “esclareceu-se e a fé oferece esse ponto de vista elevado, absoluto, de onde se pode decifrar todo o curso da história: a autoridade divina” (HARTOG, 2001, p. 270);
- 8) Hartog afirmará que se recuarmos até o aedo da *Odisséia*, de Homero, e lembrarmos que ele era inspirado pela Musa sempre presente, que fazia surgir o passado na forma de evocação “Diz-me agora, Musa”, e chegarmos até Agostinho, o exegeta, leitor das Escrituras, percebemos que o passado se transformou em um livro e que quem sabe ler esse livro pode reconhecer uma forma particular da história mestra da vida;
- 9) Particular, porque somente a história sagrada ensina. Para Agostinho, essa é uma “aquisição para sempre” e não a história profana de Tucídides;
- 10) Agostinho retoma, de Flávio Josefo, o tema dos desacordos das versões dos acontecimentos que a história profana declara como verdade;
- 11) A verdade só pode ser encontrada nas Escrituras, pois a realização da Promessa da vinda de Cristo prova e autentica a sua veracidade;
- 12) Agostinho pergunta: em qual narrador do passado podemos crer de antemão, senão naquele que predisse os acontecimentos futuros que vemos realizados?
- 13) Dessa forma, Agostinho chega ao tema que dominará a noção de tempo por muitos séculos, a próxima promessa:

Mas, enfim, concluamos já este livro, em que não cessamos de expor e demonstrar, quanto nos pareceu suficiente, qual é **a marcha das duas cidades, a celeste e a terrestre, mescladas do início ao fim**: uma delas, a que é terrena, fez para si, como quis, deuses falsos, a partir de não importa





onde e mesmo a partir de homens, para servi-los com sacrifícios; já a outra, que é celeste e peregrina nesta terra, não fez falsos deuses, mas foi feita pelo verdadeiro Deus, para que fosse ela mesma o verdadeiro sacrifício. **Todas as duas, entretanto, desfrutam igualmente dos bens temporais ou são atingidas igualmente pelos males temporais**, com fé diversa, esperança diversa, amor diverso, **até que sejam separadas pelo Juízo Final e cada uma atinja seu fim que não tem fim** (HARTOG, 2001, p. 263, grifos nossos).

14) O Juízo Final separará as duas cidades já tão diversas, mas que sofrem e desfrutam os males e os bens temporais.

O historiador alemão Reinhart Koselleck (1923-2006) afirma que o futuro foi integrado ao tempo presente na qualidade de elemento constitutivo da Igreja e configurado como o possível fim do mundo.

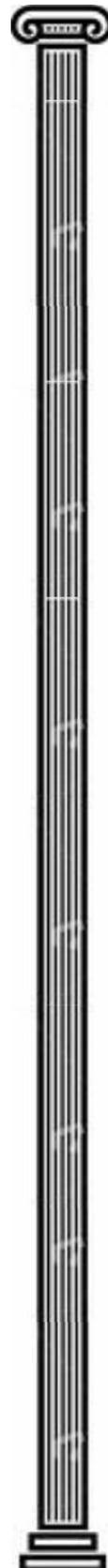
“A história da Cristandade, até o século XVI, é uma história das expectativas, ou, melhor dizendo, de uma contínua expectativa do final dos tempos; por outro lado, é também a história dos repetidos adiamentos desse mesmo fim do mundo” (KOSELLECK, 2006, p. 24).

O fim dos tempos sempre foi colocado em estado de suspensão pela própria Igreja, daí a história da instituição ter se perpetuado como a história da própria Salvação.

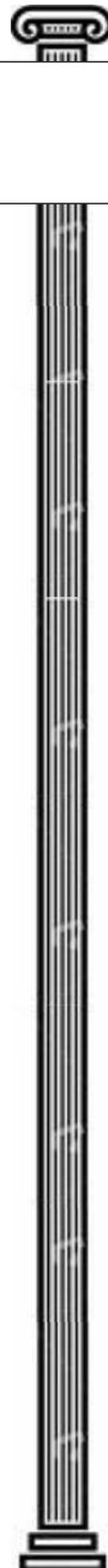
Chegando ao final do segundo capítulo, vemos reafirmado um dos elementos que caracterizam a historiografia judaica e cristã: a autoridade institucional. Compreendemos ainda, nessa segunda viagem pelo mundo da escrita da história, após conhecermos os textos de Flávio Josefo, Eusébio de Cesaréia e Santo Agostinho, os novos procedimentos utilizados pela história medieval, especialmente no que diz respeito ao uso dos documentos e ao impulso das práticas eruditas, bem como aos novos temas que passam a integrar a história.

No entanto, com todas as mudanças observadas, é possível perceber que tanto para antigos gregos e romanos quanto para judeus e cristãos a história tem uma utilidade. A fórmula criada por Cícero continua válida, a história continua a ser mestra da vida.

Chegou o momento de fazer meu último convite ao leitor que me acompanhou até aqui. Depois de compreender a construção gradual e complexa da história mestra da vida, tema que se tornou um lugar-comum na escrita da história antiga e medieval, importa conhecer a dissolução dessa história mestra da vida.



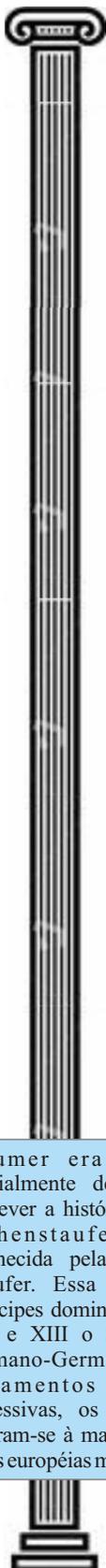




### **A história moderna em movimento**

Seguimos até aqui na companhia de François Hartog, o nosso principal guia nas duas viagens anteriores. A terceira etapa de nossa jornada pela escrita da história terá o historiador alemão Reinhart Koselleck como instrutor. Ao tomarmos contato com Koselleck estamos conhecendo um dos mais importantes historiadores do século XX, nascido em Górlitz, em 23 de abril de 1923, falecido em 3 de fevereiro de 2006. Historiador da história dos conceitos, Koselleck preocupou-se durante toda a vida com a compreensão de uma questão: “o que é o tempo histórico?” A pergunta nasceu da constatação de que o tempo não é único e abstrato, ao contrário é plural e variável como a experiência humana.

A partir do breve percurso que fizemos nos capítulos anteriores foi possível perceber quão variadas são as apreensões que o homem tem do mundo. E tais apreensões variam no tempo e mudam a própria noção do que é o tempo. Poderíamos nos perguntar a respeito do tempo: ele passa ou não? De forma acelerada ou lenta? Existem tempos diferentes? Há um tempo da natureza e outro do homem? Provoca revoluções ou reações? Pertence aos deuses, a Deus ou ao homem? É possível prevê-lo? É possível contê-lo? O tempo da minha geração é diferente do tempo da geração dos meus pais? Essas e tantas outras indagações relativas ao tempo perpassam a experiência humana e compreender a historicidade delas é colocá-las no tempo histórico.



Raumer era o escritor oficialmente designado para escrever a história da Casa de Hohenstaufen, também conhecida pela dinastia dos Stauffer. Essa linhagem de príncipes dominou nos séculos XII e XIII o Sacro Império Romano-Germânico e, por casamentos e alianças sucessivas, os Hohenstaufen ligaram-se à maioria das casas reais europeias medievais.

*Futuro passado* é o livro de Koselleck que nos norteará pelo terreno da teoria da história. A pergunta específica da obra é a seguinte: “qual foi a nova qualidade adquirida pelo tempo histórico, que preencheu esse período entre aproximadamente 1500 e 1800?” (KOSELLECK, 2006, p. 24). Ao fazer essa pergunta, Koselleck quer nos provar que no referido período se construíram características para o tempo histórico que o diferenciaram do tempo anterior e criaram uma nova maneira de conceber a própria noção a respeito do significado do tempo.

Para responder à pergunta, Koselleck concentrou-se em estudar quais as concepções de futuro que as gerações passadas conceberam — ou melhor: como se caracterizou o futuro passado. Parte o autor, portanto, do pressuposto de que só é possível compreender a historicidade da própria história ao entender como as sociedades organizaram sua relação com o passado e com o futuro.

No entanto, se até o momento estudamos a escrita da história de Homero (séculos VIII-VII antes de Cristo) até Santo Agostinho (século V depois de Cristo), por que nos indagarmos a respeito do período que vai do século XVI ao século XVIII?

Koselleck responderá que somente nesse período ocorrerá a dissolução da forma de escrita da história da qual compreendemos a construção, ou seja, a *historia magistra vitae*. Portanto, este nosso capítulo, seguindo as orientações do autor, tratará da dissolução da história mestra da vida.

### 3.1 – Os exemplos e a história como aquisição para sempre

Koselleck inicia o texto contando a história de Friedrich Von Raumer, o historiógrafo dos Hohenstaufen,

que, em 1811, discutiu com o chefe de departamento no Ministério das Finanças, Oelssen, e, nessa circunstância, utilizou um exemplo citado por Tucídides a respeito da impressão de papel moeda em Atenas. Raumer disse:

“Meu senhor Conselheiro Privado, o senhor certamente se lembra que já Tucídides falava do mal que sucedeu quando, em Atenas, decidiu-se imprimir papel moeda em grande quantidade” (KOSELLECK, 2006, p. 41).

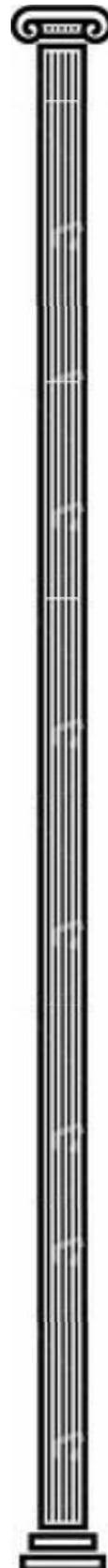
“Essa é uma experiência de grande importância” (KOSELLECK, 2006, p. 41), respondeu Oelssen, o Chefe do departamento, tentando convencer Raumer de que ele sabia da afirmação de Tucídides.

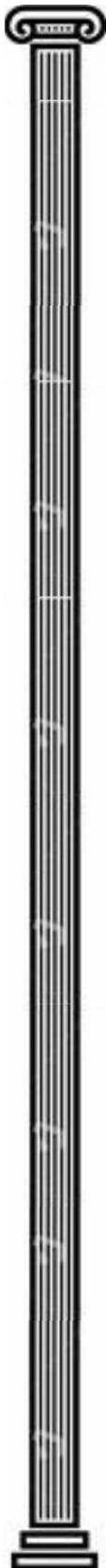
É claro que Raumer sabia que os antigos jamais conheceram papel-moeda, mas arrisca uma mentira, recorrendo de maneira retórica à erudição de seu oponente, porque podia medir o efeito que o exemplo teria.

O conselheiro Raumer, contrário à impressão de grande quantidade de papel-moeda para pagar dívidas, após ter esgotado os argumentos contrários para convencer o chefe, recorre à essa mentira sabendo que ela teria o efeito de uma verdade, pois Oelssen não admitiria desconhecer a história e também não ousaria deixar de considerar a experiência narrada por Tucídides.

Para Koselleck, “esse efeito nada mais é do que a afirmação do velho *topos* de que a história é a mestra da vida” (KOSELLECK, 2006, p. 41). No entanto, a cena, além de apresentar a fórmula sendo usada com efeito em 1811, também comprova, por meio da ironia de Raumer, que seu papel se tornara questionável.

Após identificar a presença e ao mesmo tempo o questionamento da história mestra da vida na história narrada por Raumer, Koselleck indica outro índice dessa





fórmula. Ele busca, em 1735, na Grande Enciclopédia Universal do editor alemão Johann Heinrich Zedler, de Leipzig, o significado de história: “No que se refere àquilo que nós mesmos não podemos evidenciar, devemos recorrer à experiência de outros” (KOSELLECK, 2006, p. 42).

Isso leva o autor a afirmar que: “ao longo de cerca de 2 mil anos, a história teve o papel de uma escola, na qual se podia aprender a ser sábio e prudente sem incorrer em grandes erros” (KOSELLECK, 2006, p. 42). No entanto, apesar de ter conservado sua forma verbal, o significado da fórmula variou consideravelmente ao longo do tempo.

Para mostrar essa variação, o autor recorre ao caso de dois autores contemporâneos: de um lado, o escritor e ensaísta francês **Michel Eyquem de Montaigne** (1533-1592), e de outro, o jurista francês **Jean Bodin** (1530-1596). Montaigne estudava as instituições, as opiniões e os costumes para romper com qualquer espécie de generalização, enquanto Bodin, ao criar a sua teoria a respeito da soberania, queria encontrar as regras gerais. Para ambos, as histórias eram fonte de exemplos para a vida.

Portanto, afirma Koselleck, qualquer que seja o uso dessa fórmula, seja para buscar generalizações ou para negá-las, seja para dizer o exemplo a ser seguido ou para dizer o exemplo a ser evitado, “seu uso remete a uma possibilidade ininterrupta de compreensão prévia das possibilidades humanas em um *continuum* histórico de validade geral” (KOSELLECK, 2006, p. 43). O uso de tal fórmula evidencia que até o século XVIII permanece a crença da constância da natureza jurídica ou política.

Como sabemos, a expressão *historia magistra vitae* foi cunhada por Cícero para caracterizar o empreendimento historiográfico humano, por isso as histórias servem como

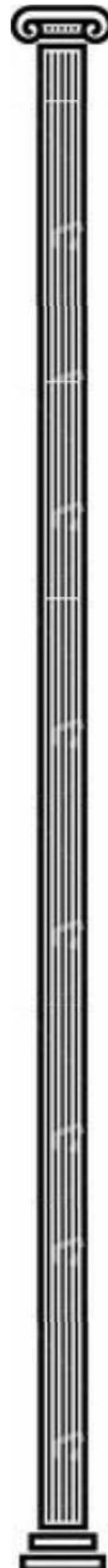
instrumentos para comprovar doutrinas morais ou teológicas dos gregos. No contexto da oratória, o orador empresta às histórias um sentido de imortalidade, pois as concebe como testemunhas dos tempos passados, luz da verdade e coleção de exemplos voltados para instruir a prática.

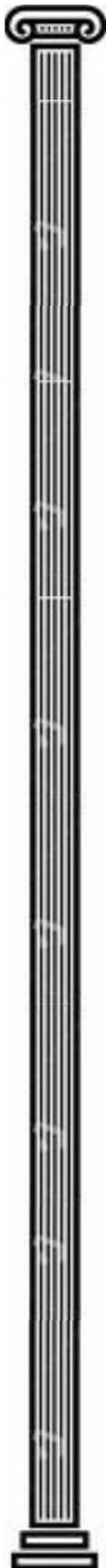
Como vimos, a influência de Cícero perdura até a experiência histórica cristã. Durante o período medieval surgiram várias contestações à possibilidade de ensinamento da história profana, no entanto, as histórias eclesiásticas continuavam tendo por função instruir e salvar. Koselleck acrescenta que um dos grandes compiladores medievais, o teólogo Isidoro de Sevilha (560-636), arcebispo que muito influenciou a produção intelectual da Espanha medieval, fez uso freqüente da obra de Cícero e concedeu à história pagã uma influência educativa. O monge anglo-saxão Beda (672-735) também considerou legítima a história profana, uma vez que ela era capaz de fornecer exemplos repulsivos e alguns dignos de serem imitados. Os dois clérigos foram muito influentes e contribuíram para que a máxima dos antigos permanecesse ligada também à história profana, mesmo que esta historiografia tenha ocupado um lugar subalterno se comparada à história religiosa.

Koselleck continua percorrendo a história da fórmula de Cícero e afirma que a

“concepção herdada da Antigüidade a respeito da utilidade da historiografia permaneceu associada à experiência histórica cristã que se recortava sobre o horizonte das profecias de salvação eterna” (KOSELLECK, 2006, p. 44).

Quando as profecias apocalípticas perdem a sua força, a história como mestra impõe-se com mais vigor. Vejamos o historiador de Florença, Nicolau Maquiavel (1469-1527). Obcecado por estabelecer regras gerais da ação política, a sua





história tinha como critério a utilidade prática e, por isso, opunha-se à compreensão cristã medieval. Maquiavel fortalece o princípio da história como fonte de proveito, pois afirma que não devemos apenas admirar os antigos, devemos, sobretudo, imitá-los.

A visita aos textos desses autores, de Cícero até Maquiavel, serve para Koselleck reafirmar a tese de que o *tópos* da história mestra da vida sobreviveu ao longo de cerca de 2 mil anos. Isso posto, o autor passa a investigar quando e como ocorre a transformação da concepção de história.

### **3.2- A dissolução da fórmula ciceroniana**

Uma frase do historiador francês Alexis de Tocqueville (1805-1859) é apontada como índice do advento de um novo tempo que se inicia: “Desde que o passado deixou de lançar luz sobre o futuro, o espírito humano erra nas trevas” (KOSELLECK, 2006, p. 41). É necessário nos perguntarmos o que mudou na experiência histórica para causar essa afirmação.

Koselleck afirma que ao historiar a fórmula história mestra da vida, como ele vem nos mostrando, é possível perceber que, apesar das continuidades, o *tópos* se desfaz em meio a diferentes sentidos que se deslocam uns aos outros e adquire a sua própria história e, ao fazê-lo, perde o significado que o originou, o seu sentido se esvazia.

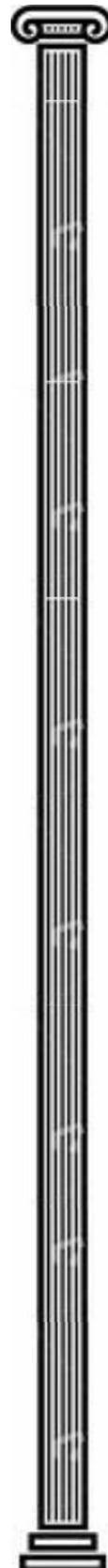
Não estamos afirmando que a fórmula não será empregada a partir do século XVIII, todavia o novo espaço de experiência que começa a se abrir nesse período retira a possibilidade dos exemplos do passado servirem para a ação no futuro. Segundo o autor, “diferentes tempos e períodos de experiência, passíveis de alternância, tomaram o lugar outrora reservado ao passado entendido como exemplo” (KOSELLECK, 2006, p. 47).

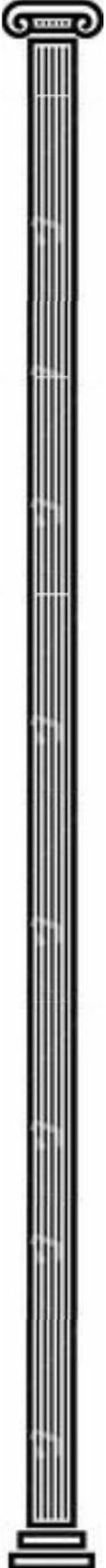
Assim como a *historia magistra vitae* não se consolidou do dia para a noite, a sua dissolução também não ocorreu de uma hora para outra. Observem que o autor se refere à dissolução e não à extinção da fórmula. Koselleck destaca cinco pontos sintomáticos da transformação do *tópos*:

**1) “Historie” e “Geschichte”:** no espaço da língua alemã ocorre uma mudança, entre 1750 e 1770, do uso das palavras que designavam história. “Historie” significava predominantemente o relato, a narrativa de algo acontecido e foi sendo substituída, no período, pela palavra “Geschichte” que significou originalmente o acontecimento em si. Dessa forma, a história (acontecimento em si) somente poderia ensinar sobre ela mesma e o que não serviria para a posteridade.

**2) Conceito coletivo singular:** à medida que a expressão “Geschichte” tomou o lugar de “Historie”, o termo adquiriu um novo caráter. Posteriormente, o historiador alemão Droysen resumirá esta transformação de sentido: “Acima das histórias está a história” (KOSELLECK, 2006, p. 49). Um dos acontecimentos marcantes para o entendimento da mudança é a Revolução Francesa (1789). A partir dela a história tornou-se ela própria um sujeito, com atributos divinos como “toda poderosa”, “justa” e “sacra”.

Passou-se a exigir da história uma maior capacidade de representação, de modo que se mostrasse capaz de trazer à luz – em lugar de seqüências cronológicas – os motivos que permaneciam ocultos, criando assim um complexo pragmático, a fim de extrair do acontecimento casual uma ordem interna (KOSDELLECK, 2006, p. 51).





O acontecimento está enredado numa trama de significados abstratos que o tornam, mesmo que singular, relacionado a uma história do mundo; uma história universal é um singular coletivo, diferente daqueles acontecimentos plurais que se repetiam e serviam de exemplo.

Portanto, a partir do século XVIII, os acontecimentos adquirem novo significado lingüístico e, com isso, são acontecimentos de um tempo novo que fundam uma noção nova de história. Koselleck destaca que “um critério bastante preciso para o reconhecimento da disseminação dessa nova consciência da realidade é o fato de que também contos, novelas e romances passam a ser editados com o subtítulo 'história verdadeira'” (KOSELLECK, 2006, p. 51).

Vamos recordar o que isso significa. Aristóteles definiu no século IV a. C. que “a poesia diz sobretudo o que respeita ao geral, a história o que respeita ao particular”. No século XVIII vemos a história real compartilhar com a poesia a mesma exigência de verdade, de conteúdo de verdade do qual a história vinha sendo privada desde Aristóteles.

A idéia do coletivo singular possibilitou outro avanço. Permitiu que se atribuísse à história aquela força que reside no interior de cada acontecimento que afeta a humanidade, aquele poder que a tudo reúne e impulsiona por meio de um plano, oculto ou manifesto, um poder frente ao qual o homem pôde acreditar-se responsável ou mesmo em cujo nome pôde acreditar estar agindo. O advento da idéia do coletivo singular, manifestação que reúne em si, ao mesmo tempo, caráter histórico e lingüístico, deu-se em uma circunstância temporal que pode ser entendida como a grande época das singularizações, das simplificações, que se voltavam social e politicamente contra a sociedade estamental: das liberdades fez-se a Liberdade, das Justiças fez-se a Justiça, dos progressos o Progresso, das inúmeras revoluções “*La Révolution*”.

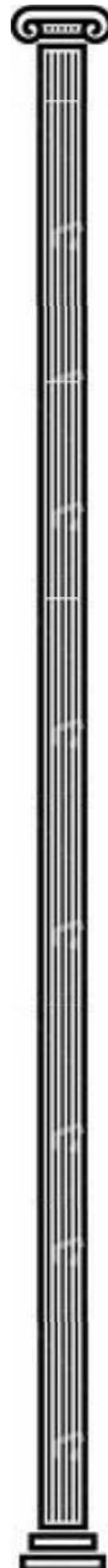
No que se refere à França, pode-se acrescentar que o lugar central que o pensamento ocidental atribuiu à Grande Revolução, em sua singularidade, transferiu-se para a história, no âmbito da língua alemã. Foi a Revolução Francesa que colocou em evidência o conceito de história [Geschichte] da escola alemã. Tanto uma quanto o outro foram responsáveis pela erosão dos modelos do passado, embora aparentemente os estivessem acolhendo (KOSELLECK, 2006, p. 52).

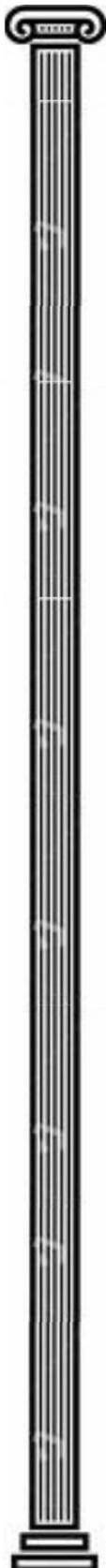
Koselleck apresenta os dois momentos chave que evidenciam a erosão da história mestra da vida, a Revolução Francesa e a mudança lingüística que ocorre na Alemanha. A revolução é o próprio símbolo do evento singular que engloba o coletivo, pois afeta a humanidade.

**3) Filosofia da história:** Koselleck dirá que não por acaso nas mesmas décadas que o conceito coletivo singular de história começou a se impôr, surgiu também o conceito de filosofia da história. Os filósofos da história tinham como perspectiva comum a destruição da idéia do caráter modelar dos acontecimentos passados para perseguir a singularidade dos processos históricos e a possibilidade de sua progressão.

Com a filosofia da história, história e natureza se separam. A capacidade de repetição das histórias estava ligada à natureza, tais histórias foram relegadas ao passado. Para tanto, os filósofos da história reestruturaram-nas e retiraram o ramo da história natural do campo da história que se criava naquele momento. Essa separação acontece porque há a descoberta de um tempo especificamente histórico.

Até o século XVIII, o tempo era medido por meio do movimento das estrelas e pela seqüência natural de governantes e dinastias (lembrem-se das tábuas cronológicas de Eusébio de Cesaréia). Portanto, a cronologia natural determinava o cálculo dos eventos históricos.





No século XVIII, os filósofos recusarão qualquer marcação histórica a partir de datas astronômicas fixas e do princípio hereditário das dinastias. Estabelece-se, assim, um determinado tempo exclusivamente histórico.

Poderíamos perguntar: se a natureza não determina mais a contagem do tempo, o que determinará? O progresso foi a primeira categoria de determinação do tempo. Dessa forma, é o futuro do tempo histórico, e não o seu passado, que torna os acontecimentos singulares e particulares diferentes daqueles que possam vir a acontecer. A história, que já podemos chamar de moderna, adquire um caráter processual cujo fim é imprevisível.

É preciso compreender o progresso como uma resposta para as exigências de salvação que anteriormente tinham nas profecias apocalípticas a sua solução. O Estado dependia da eliminação dessas profecias e encontra no progresso a sua chave de explicação para o futuro: “O prognóstico implica um diagnóstico capaz de inscrever o passado no futuro” (KOSELLECK, 2006, p. 36).

Tanto os historiadores que, como Ranke, se dedicavam a reconstruir o passado sob um ponto de vista crítico, quanto os progressistas (como Koselleck os denomina) que, como Kant, estabeleciam novos modelos conjunturais, hipotéticos ou presuntivos, concordavam com a falência de uma história que ensinava por exemplos.

A partir daqui podemos conhecer o quarto ponto da transformação da história mestra da vida.

**4) Inauguração de um novo futuro a partir da reelaboração do passado:** os filósofos da história reelaborarão o passado o mais rapidamente possível para que um novo futuro seja inaugurado.

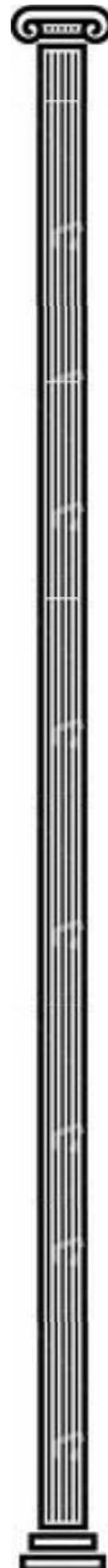
Isso significa dizer que toda a história que aprendemos, de Homero até o século XVII, será colocada em questão e revista. Tais revisões levam a uma reescrita da história, pois ao mudar a forma de conceber o tempo passado é preciso preenchê-lo de uma outra forma. Aquele passado não existe mais. A Revolução Francesa quer instaurar o seu próprio acontecimento como marco inicial de um novo tempo.

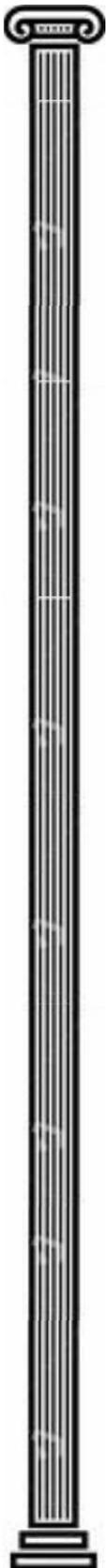
Koselleck afirma que a referida atitude marca uma guinada dramática e completa no que se refere à capacidade de expressão da *historia magistra vitae*, pois não se pode mais esperar conselho a partir do passado. No entanto, cria-se a possibilidade de se esperar algo de um futuro que está por se construir. A história que instruíra por meio de exemplos não poderia mais ajudar aquela sociedade que se constituía sob novas bases.

Assim, Koselleck nos leva ao quinto e último ponto que é uma interrogação:

**5) De que consiste o caráter comum da nova experiência, que até aqui foi determinada pelo processo de temporalização da história em sua singularidade?** Ou seja, até o ponto cinco, o autor afirmou que ocorreu uma mudança da percepção de tempo na história e agora nos pergunta qual a característica do novo tempo que se inaugura. É a experiência da aceleração e do retardamento, da revolução e da reação. Vamos acompanhar suas palavras:

A aceleração, primeiramente compreendida como uma previsão apocalíptica do encurtamento da distância temporal que antecede a chegada do Juízo Final, transformou-se, a partir da segunda metade do século XVIII, em um conceito histórico relacionado à esperança. Mas, com os processos de disseminação da técnica e a Revolução Francesa, essa antecipação subjetiva de um futuro desejado – e que, por isso, deve ser acelerado – adquiriu, inesperadamente, um rígido teor de





realidade. Em 1797, [portanto, ainda no processo revolucionário francês, 1789-1799], Chateaubriand [escritor e diplomata francês –1768-1848], então como emigrante, esboça um paralelo entre as velhas e novas revoluções, a fim de promover, de maneira tradicional, a transição do passado para o futuro. Mas foi logo obrigado a reconhecer que aquilo que escrevia durante o dia era ultrapassado pelos acontecimentos da noite. A Revolução Francesa, desprovida de exemplos anteriores, parecia-lhe conduzir a um futuro incerto. Colocando-se a si mesmo em perspectiva histórica, Chateaubriand editou seu ultrapassado ensaio trinta anos depois, sem qualquer modificação, mas guarnecido de notas nas quais fazia prognósticos sobre a Constituição. Desde 1789 constitui-se um espaço de expectativa provido de pontos de fuga em perspectiva, o qual remete, ao mesmo tempo, às diferentes etapas da Revolução (KOSELLECK, 2006, p. 58-59).

Koselleck acaba de explicar que a aceleração causada pela Revolução Francesa modifica a forma de compreensão do tempo e, portanto, altera o próprio tempo. O tempo da revolução é tão acelerado que Chateaubriand se vê diante da incapacidade de registrar acontecimentos que durem até o amanhecer do dia. Compare essa percepção do tempo com a de Tucídides quanto à Guerra do Peloponeso. Tucídides acreditava que o relato [historie] daquela guerra serviria por todo o sempre como exemplo de como agir diante de qualquer guerra.

No entanto, após o golpe de Napoleão Bonaparte, em 18 Brumário (09 de novembro de 1799), a situação se altera e os desdobramentos do acontecimento que marcou a ruptura dessa noção de tempo [a Revolução Francesa] geram um retardamento das esperanças que impulsionam Chateaubriand a editar o seu ensaio, trinta anos depois de escrevê-lo, com indicações de acontecimentos futuros. O espaço de expectativa se alterou de acordo com as possibilidades de apreensão do próprio acontecimento revolucionário.

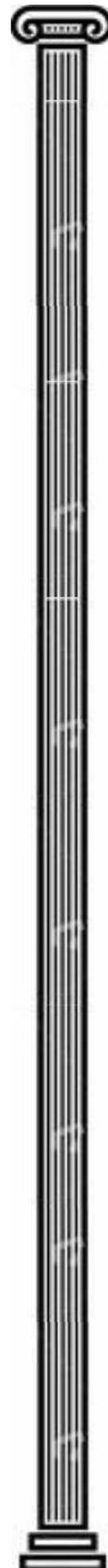
O filósofo alemão Immanuel Kant (1724-1804)

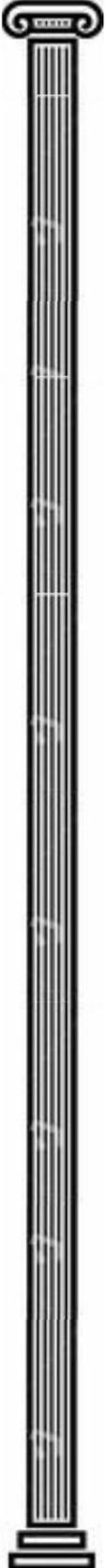
“foi o primeiro a prever esse sistema moderno da experiência histórica, ao dotar as repetições das tentativas revolucionárias de um objetivo final temporalmente indefinido, mas com certeza finito” (KOSELLECK, 2006, p. 59).

Ao prever tal sistema para a experiência histórica moderna, Kant afirmará que os caminhos da revolução poderão ser aperfeiçoados pela instrução adquirida pela repetida experimentação dos princípios falhos.

Desde então, os ensinamentos históricos entram novamente na vida política – se bem que pela porta dos fundos dos programas de ação legitimados pela filosofia da história. Citem-se aqui os primeiros mestres da aplicação revolucionária: Mazzini, Marx ou Proudhon. As categorias de aceleração e do retardamento, evidentes desde a Revolução Francesa, modificam, em ritmo variável, as relações entre passado e futuro, conforme o partido ou ponto de vista político. Aqui reside o caráter comum entre o progresso e o historicismo (KOSELLECK, 2006, p. 59).

Nessa relação entre aceleração e retardamento, revolução e reação, os ensinamentos históricos, além de entrarem “pela porta dos fundos” das filosofias da história, inserem-se novamente na vida política a partir da reação produzida pela escola histórica alemã em relação à própria filosofia da história. A escola histórica alemã, cujo principal representante foi o historiador alemão Leopold von Ranke (1775-1886), “compreendendo-se como uma ciência que tem por objeto o passado, logrou elevar a história [Geschichte] à categoria de uma ciência da reflexão [...]. O caso isolado deixa de ter caráter político-didático” (KOSELLECK, 2006, p. 59). Entretanto, a história entendida como totalidade coloca aquele que





aprende em uma situação propícia à formação que pode influir no futuro. Outros representantes dessa escola afirmarão que a história deixou de ser uma coleção de exemplos, mas estudar o passado sob a perspectiva da concepção moderna é o “único caminho para o verdadeiro conhecimento de nossa situação” (KOSELLECK, 2006, p. 60).

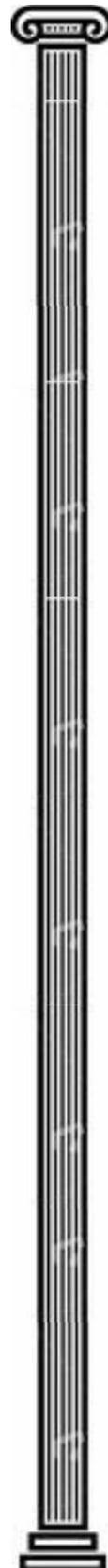
A história mestra da vida possui certidão de nascimento grega, o nome cunhado em latim, os primeiros exemplos que a compunham eram profanos. Depois foram incorporados os sagrados. Seus significados, portanto, foram alterados, mas ela sobreviveu cerca de dois mil anos. Todavia, no século XVIII, essa forma de conceber a história se dissolveu. Um novo espaço de experiência criou um novo horizonte de expectativa e, nesse processo, a concepção de tempo foi transformada. A maneira como as gerações passadas conceberam o futuro se alterou profundamente e a nossa velha fórmula de escritura da história perdeu a sua utilidade.

## CONCLUSÃO

A história da escrita da história não termina com o final da *história mestra da vida*, mas o nosso curso sim. Deixaremos para finalizar a nossa jornada no curso de **Teoria da História II**.

Espero que essas primeiras viagens pelas transformações sofridas pela escrita da história colaborem para a compreensão das outras disciplinas do curso, assim como espero que possam instigar a sua curiosidade. Em história, palavras não são apenas palavras, são conceitos. Todos os conceitos foram construídos e pactuados por homens em determinadas épocas. Com o passar do tempo, as épocas mudam e os conceitos também mudam. Para compreender a história é urgente desnaturalizar os conceitos, ou seja, pensá-los no tempo em que foram inventados por homens e mulheres, de carne e osso, como nós.

Desnaturalizar os conceitos de tempo, história, estado, escravidão, liberdade, homem, deus, cultura, educação, moral, raça, região pode levar-nos à criação de uma nova maneira de conceber o mundo e, certamente, a uma compreensão mais aprofundada das rupturas, diferenças, alteridades, continuidades, semelhanças e identidades que compõem a história.





## REFERÊNCIAS

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

DOBRORUKA, Vicente. Historiografia helenística em roupagem judaica: Flávio Josefo, história e teologia. In: JOLY, Fábio Duarte. *História e retórica: ensaios sobre historiografia antiga*. São Paulo: Alameda, 2007, p. 119-136.

FINLEY, Moses. *O Mundo de Ulisses*. Tradução de Armando Cerqueira. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1988.

GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição: pequeno tratado sobre a nota de rodapé*. Tradução de Enid Abreu Dobránszky. Campinas, SP: Papirus, 1998.

HARTOG, François. *Os antigos, o passado e o presente*. Tradução de Sonia Lacerda, Marcos Veneu, José Otávio Guimarães. Brasília: Universidade de Brasília, 2003.

\_\_\_\_\_. *A história de Homero a Santo Agostinho*. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

\_\_\_\_\_. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

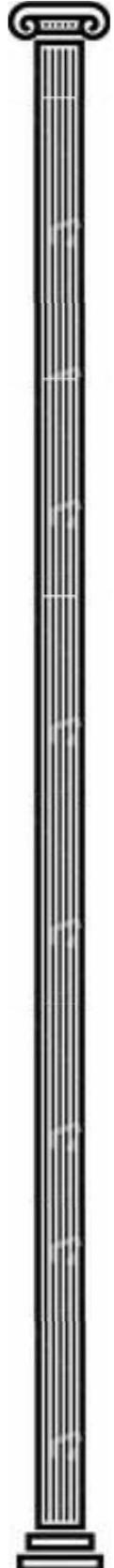
\_\_\_\_\_. Tempo e Patrimônio. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, jul/dez 2006.

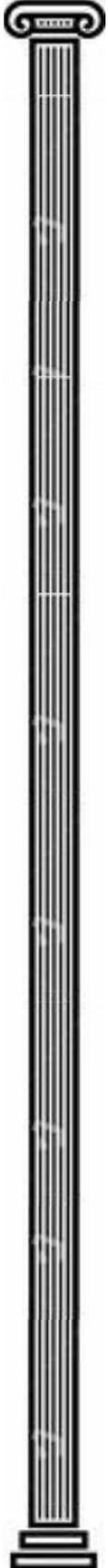
HOMERO. *Odisséia*. Tradução direta do Grego, introdução e notas de Jaime Bruna. 14. ed. São Paulo: Cultrix, 2005.

HOUAISS, Antonio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JOLY, Fábio Duarte. *História e retórica: ensaios sobre historiografia antiga*. São Paulo: Alameda, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2006.





LEME LOPES, André. Moralidade e justiça na historiografia antiga: o 'manual' historiográfico de Luciano de Samósata. *História* [online]. v. 24, n. 2, p. 187-205, 2005.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Tradução de Maria Beatriz Borba Florenzano. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Tradução de Mário da Gama Kury. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1986.

VOLTAIRE. *A filosofia da história*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

### **Textos disponíveis na internet**

<http://www.pucsp.br/~filopuc/verbete/cicero.htm>.

<http://greciantiga.org/>

[http://www.ufrgs.br/proin/versao\\_1/odisseia/index.html](http://www.ufrgs.br/proin/versao_1/odisseia/index.html)

<http://www.ifcs.ufrj.br/~fsantoro/ousia/>

<http://www.scielo.br>